



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

JANETE SILVA DA CUNHA

**O PAPEL DA ESCOLA DENTRO DA PENITENCIÁRIA: DISCURSO
OFICIAL E DESAFIOS PRÁTICOS NA PERSPECTIVA DE
EDUCADORES**

**Salvador – BA
2013**

JANETE SILVA DA CUNHA

**O PAPEL DA ESCOLA DENTRO DA PENITENCIÁRIA: DISCURSO
OFICIAL E DESAFIOS PRÁTICOS NA PERSPECTIVA DE
EDUCADORES**

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a conclusão do curso.

Orientadora: Dra. Lygia de Sousa Viégas

Salvador – BA

2013

JANETE SILVA DA CUNHA

**O PAPEL DA ESCOLA DENTRO DA PENITENCIARIA: DISCURSO
OFICIAL E DESAFIOS PRÁTICOS NA PERSPECTIVA DE
EDUCADORES**

Monografia apresentada ao Curso de
Pedagogia Faculdade de Educação da
Universidade Federal da Bahia, como
requisito parcial para a conclusão do
curso.

Aprovada em _____ de _____ de /2013.

Profª Drª Lygia de Sousa Viégas / UFBA
Orientadora

Profª. Liliane Alves da Luz Teles/ Faculdade São Bento da Bahia
Examinador

Profª Drª Sandra Maria Marinho Siqueira / UFBA
Examinadora

DEDICATÓRIA

Dedico esta Monografia a você Deus que sempre me fizera acreditar na realização dos meus sonhos, aos meus pais pela paciência e compreensão por muitas vezes que estive ausente.

A você Anderson, companheiro no amor, na vida e nos sonhos, que mesmo nas horas difíceis sempre me apoiou compartilhando comigo meus momentos de alegrias e tristezas.

AGRADECIMENTO

Quero agradecer, em primeiro lugar, a Deus, pela força e coragem durante toda esta longa caminhada.

À professora Lygia, pela paciência na orientação e incentivo que tornaram possível a conclusão desta monografia.

Aos meus queridos pais que do seu jeitinho carinhoso puderam contribuir, para que tudo isso se realizasse.

Aos amigos meu muito obrigado por toda dedicação e presteza nos momentos solicitados.

Aos meus mestres, com quem muito aprendi e que tudo que foi lançado em sala eu possa realmente fazer acontecer.

Neste momento quero dizer que não foi fácil chegar até aqui, pois por muitas coisas passei, muito chorei me desesperei, mas nunca desisti de alcançar o meu objetivo, pois sei que diante de tantas dificuldades eu posso fazer a diferença com uma nova forma de ensinar, atenta de que a educação sozinha não pode modificar a realidade em que estamos inseridos, mas também se tem a consciência de que nenhuma mudança poderá ocorrer sem que a educação esteja presente.

É com muita alegria e determinação que seguirei rumo a novas conquistas sei que será uma caminhada cheia de novidades e desafios capazes de serem superados ao longo de minha caminhada como pedagoga.

“Costuma-se dizer que ninguém conhece verdadeiramente uma nação até que tenha estado dentro de suas prisões. Uma nação não deve ser julgada pelo modo como trata seus cidadãos mais elevados, mas sim pelo modo como trata seus cidadãos mais baixos”.

(Nelson Mandela)

Resumo

CUNHA, Janete. **O Papel da Escola Dentro da Penitenciária**: Discurso Oficial e Desafios Práticos na Perspectiva de Educadores. 2013. 71f. Monografia (Graduação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

O presente trabalho acadêmico tem por objetivo estudar o papel da escola dentro de um ambiente de privação de liberdade, visando conhecer como essa instituição formal de educação possibilita que os detentos tenham acesso à educação, na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Para tanto, inicia com a análise crítica do discurso oficial, destacando as concepções referentes à educação prisional, presentes nas leis que normatizam a dinâmica escolar dentro de uma penitenciária. Em seguida, apresenta a pesquisa de campo, que envolveu entrevistas com a diretora e a vice-diretora de uma escola localizada dentro de um complexo penal no Estado da Bahia. A partir do material produzido na pesquisa, verificam-se as dificuldades enfrentadas pela escola, dentro de um sistema punitivo centrado no encarceramento, e a pouca efetivação do discurso oficial na prática. Nesse sentido, a pesquisa aponta a necessidade de mudanças que possibilitem a efetivação do exercício educacional como um caminho a ser seguido e a efetivação de um direito de todo e qualquer cidadão, esteja ele privado ou não de sua liberdade.

Palavras-chaves: Educação de Jovens e adultos, Educação prisional, Papel da escola.

Abstract

The objective of this academic work is to study the role of the school in the environment of deprivation of liberty, to determine how the institution of formal education provides that detainees have access to education, in the form of (EJA) Education for Young and Adults. It begins with a critical analysis of the official discourse, highlighting the concepts relating to prison education, present in the laws that regulate the dynamic school inside a prison. Then, it presents field research, which involved interviews with the director and deputy director of a school located within a complex criminal in the state of Bahia.

From the material produced in the research, there are the difficulties faced by the school, in a centered punitive system incarceration, and poor execution of official discourse in practice.

In this case, the study identifies the necessity for changes that allow the realization of the educational exercise as a path to be followed and the realization of the right of every citizen, be it private or not their liberty.

Key words: Young and Adults Education, Prison Education, The role of school.

LISTA DE ABREVIATURAS

CCS	Conselhos Comunitários de Segurança
CF	Constituição Federal
Depen	Departamento Penitenciário Nacional
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FEBEM	Fundação Estadual do Bem Estar do Menor
Fundação CASA	Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente
HCT	Hospital de Custódia e Tratamento
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LEP	Lei de Execução Penal
ONU	Organização das Nações Unidas
PEE	Plano Estadual de Educação
PEESP	Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional
PIB	Produto Interno Bruto
PLB	Penitenciária
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
SEAP	Secretaria de Estado de Administração Penitenciária
SETRE	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte
SGE	Sistema de Gestão Escolar
TOPA	Todos pela Alfabetização/ Brasil Alfabetizado
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. A POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL: O DISCURSO OFICIAL	13
1.1 CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	17
1.2 A LEI DE EXECUÇÃO PENAL.....	18
1.3 DECRETO NÚMERO 7.626/2011 – INSTITUI O PLANO ESTRATÉGICO DE EDUCAÇÃO NO ÂMBITO DO SISTEMA PRISIONAL	22
2. REFERENCIAL TEÓRICO	26
2.1 APRESENTAÇÃO DE PESQUISAS SOBRE O TEMA NA ÁREA EDUCACIONAL.....	30
2.1.1 <i>POLÍTICA DE EXCLUSÃO</i>	31
2.1.2 <i>A EDUCAÇÃO ESCOLAR NA FEBEM</i>	33
2.1.3 <i>A EDUCAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL</i>	38
3. METODOLOGIA	42
4. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	49
4.1 TRAJETÓRIA ACADEMICA E PROFISSIONAL DAS ENTREVISTADAS... 49	
4.1.1 <i>TRAJETÓRIA ACADÊMICA</i>	49
4.1.2 <i>TRAJETÓRIA PROFISSIONAL</i>	51
4.2 A INSTITUIÇÃO	52
4.2.1 <i>ROTINA ESCOLAR</i>	54
4.2.2 <i>COTIDIANO ESCOLAR</i>	55
4.2.3 <i>CONDIÇÕES DE TRABALHO</i>	57
4.2.4 <i>AS DIFICULDADES ENCONTRADAS</i>	58
4.2.5 <i>AS CONCEPÇÕES QUE ELAS TRAZEM DA ESCOLA</i>	60
4.2.6 <i>COMO AS ENTREVISTADAS PERCEBEM ESSA EXPERIÊNCIA</i>	61
4.3 COMPREENDENDO A ANÁLISE	62
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS	68
APÊNDICES	70

INTRODUÇÃO

Conheci a educação prisional no 2º semestre do ano de 2010, quando cursava a disciplina Educação de Jovens e Adultos (EJA), ministrada pela professora doutora Sandra Marinho Siqueira. Nessa disciplina tivemos a oportunidade de conhecer as diversas áreas de atuação da EJA, através de trabalhos em equipes, dentre estes tive a oportunidade de ser escolhida para a equipe que iria atuar com a educação em prisões. Na ocasião, a ideia não me agradava nas mais diferentes formas, reflexo de todo um juízo impregnado de preconceitos enraizados pela sociedade.

Então após um contato prévio com a secretária do diretor do presídio, a equipe agendou uma visita técnica ao Complexo Penitenciário. Fomos recebidas pela coordenadora da unidade, conversamos por um bom período, esclarecemos algumas dúvidas, recebemos orientações de regras de conduta e explicações sobre o funcionamento das aulas. No segundo dia, tivemos acesso à “cela de aula” juntamente com a professora da turma e confesso que o trajeto me amedrontou, por ter que passar por tantas grades que se fechavam logo em seguida. Mas finalmente conhecemos os alunos e pude então perceber que muitas coisas que imaginei não se realizavam na prática, eram apenas frutos da imaginação. Aconteceram outros encontros com esses alunos para a realização de oficinas e, desses encontros, surgiu o interesse em estudar sobre o tema educação em prisões. Foram diversas as inquietações surgidas com essa visita técnica, que me levaram também a perceber que esse campo de atuação do pedagogo não era algo muito difundido dentro do próprio Curso de Pedagogia.

Então, ao final da minha graduação, retomo estas inquietações e as coloco no Trabalho de Conclusão de Curso, como uma possibilidade de pesquisa científica orientada, visando compreender o papel que a escola desempenha dentro do ambiente prisional, o discurso oficial que propõe o acesso dos detentos à educação, buscando também analisá-los criticamente, à luz da prática das instituições de privação de liberdade.

É perceptível que a assistência educacional aos presidiários ainda é um tema pouco debatido, mas vem aos poucos ganhando espaço por conta da necessidade de atendimento de um público diferenciado que se encontra em privação da liberdade.

A educação prisional é parte dos assuntos que precisam ser melhor debatidos no meio acadêmico. Pensando nisso, esta pesquisa também visa chamar atenção para este tema, devido à presença e à atuação do educador dentro de um ambiente caracterizado como um meio de punir os indivíduos, fazendo-se necessária uma reflexão sobre o papel social que a educação deve desempenhar nesse ambiente.

Para a sociedade, as pessoas que se encontram atrás das grades já possuem um perfil delineado: trata-se de pobres, negros, com baixa ou sem nenhuma escolaridade, oriundos de famílias desestruturadas, desempregados ou no mercado informal, vivendo à margem da sociedade. Este perfil das pessoas encarceradas já se encontra fixado na própria sociedade, que tende a subjugar e a rotular os indivíduos por estereótipos e por medidas caracterizadas nas desigualdades sociais.

Então este trabalho se propõe a abordar o papel que a educação pode ocupar no espaço de privação de liberdade e as mudanças que a partir dela podem vir a surgir, por parte dos internos e por parte do próprio sistema de privação de liberdade.

Com base nesse contexto este trabalho subdivide-se da seguinte maneira: o primeiro capítulo pontuará alguns aspectos de políticas de cunho mundial que influenciaram na legislação brasileira, abordando o nosso atual discurso oficial, baseando-se em algumas das principais leis que regularizam e possibilitam a educação dentro do sistema prisional. O segundo capítulo, de referencial teórico, apresenta algumas ideias de Paulo Freire e busca apresentar as concepções de alguns autores que abordam a temática da educação no sistema de privação de liberdade a partir dos fatores sociais e econômicos que podem contribuir para a marginalização dos sujeitos, atendo-se também a alguns autores que abordam a temática a partir da educação. Já o terceiro capítulo apresentará a opção metodológica, descrevendo as fases que orientaram a pesquisa de cunho qualitativo. O quarto capítulo apresenta as entrevistas semidirigidas realizadas com educadoras do sistema prisional. Ao final, são tecidas algumas considerações, a partir do levantamento bibliográfico e das entrevistas realizadas.

Espera-se, com este trabalho, contribuir de maneira positiva para o surgimento de novas reflexões sobre a temática da educação em ambientes de privação de liberdade, para que estas se revertam em práticas visíveis de acesso aos encarcerados possibilitando pensar em novos caminhos a serem trilhados, para um

desenvolvimento pessoal e da personalidade humana, além da aquisição de conhecimentos específicos ministrados na educação regular.

1. A POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL: O DISCURSO OFICIAL

Para se falar de algumas das políticas públicas existentes no âmbito da educação prisional, faz-se necessária uma abordagem sob a perspectiva do histórico e da evolução de determinadas leis, que são referentes aos aspectos de punição dos indivíduos que cometeram atos infracionais e que são penalizados pelo delito cometido indo parar atrás das grades. Desta maneira, sendo necessário também identificar os motivos que os levaram a cometer atos que iriam de encontro às leis estabelecidas dentro da sociedade.

Nestes aspectos, rememoramos que aqui no Brasil a desigualdade impera desde o período da colonização, marcado pela escravidão, que mesmo depois de abolida deixou os negros abandonados à nenhuma sorte.

Seguindo com os desmandos, as desigualdades econômicas se ascendem ocasionadas pela ditadura militar que compreendeu entre 1964 a 1985, elevando as taxas de desigualdade econômica. Percebe-se então, que refere se a um processo que exclui os indivíduos pela falta de acesso aos direitos. Seguindo nesta linha de raciocínio identificamos facilmente quem são os ocupantes das celas das penitenciárias. São pessoas que fazem parte da grande massa populacional do país, e que em sua maioria não tiveram acesso a seus direitos. Com isto não estamos afirmando que pessoas de poder aquisitivo elevado e que tiveram acesso a todos os direitos de um cidadão não venham a cometer atos infracionais. Mas, sabemos que dificilmente irão responder pelo crime cometido, indo parar atrás das grades de uma penitenciária.

É a partir deste processo de desigualdades que procuramos adentrar nos aspectos que são abordados em algumas das políticas públicas existentes no discurso oficial, sejam elas de cunho nacional ou internacional. Ao observar pelo ângulo das desigualdades instauradas, faz-se necessária uma abordagem da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que descrevem quais são os direitos humanos básicos e estes devem ser comuns a todos sem nenhuma distinção. Segundo Benevides (p.336, 337) “os Direitos Humanos são aqueles comuns a todos, a partir da matriz do direito à vida, sem distinção alguma [...]. São aqueles

que decorrem do reconhecimento da dignidade intrínseca de todo ser humano”. Fazem parte destes direitos também a educação, a cultura, a saúde e a habitação. Em seu artigo vinte e seis, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aborda pontos referentes à educação, estabelecendo o direito de toda pessoa à instrução.

§ 2 A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 2000/48, p. 12).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, foi utilizada como embasamento para os dois tratados sobre os direitos humanos da ONU, O Pacto Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos, e o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ambos de 1966, além de várias outras decisões que são tomadas até os dias atuais, como tratados legais, declarações, acordos e documentos.

Nestes aspectos, o Pacto Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos foi adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, trazendo em seu bojo a reafirmação de muitos aspectos que se encontram contemplados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, concretizando-se em um pacto de amplitude mundial, mas que só veio a entrar em vigor no ano de 1976. Ressaltamos, neste pacto, os artigos 9º e o 10º Pacto Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos, que abordam sobre a questão da pessoa presa.

Artigo 9º - 1. Toda pessoa tem direito à liberdade e à segurança pessoais. Ninguém poderá ser preso ou encarcerado arbitrariamente. Ninguém poderá ser privado de sua liberdade, salvo pelos motivos previstos em lei e em conformidade com os procedimentos nela estabelecidos.

Artigo 10 – 1. Toda pessoa privada de sua liberdade deverá ser tratada com humanidade e respeito à dignidade inerente à pessoa humana.

Observa-se, nesses termos, a preocupação com a dignidade humana, pois, mesmo que a pessoa tenha cometido um delito, transgredindo uma lei, deve ser tratada com o devido respeito à sua dignidade, sendo esta preservada em todos os aspectos.

No Brasil, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos só foi aprovado pelo congresso no ano de 1991, sendo publicado oficialmente e entrando em vigor, para todo o país, em 24 de abril de 1992, na forma de seu artigo 49,§2º, pelo então Presidente da República Fernando Collor.

Neste mesmo caminho de garantias de direitos, temos a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura, (UNESCO) que também vem para promover uma cultura de respeito para com os Direitos Humanos. Dentre as suas áreas de atuação, está a área educacional, na qual ela promove e incentiva o acesso à educação de qualidade, em todos os níveis e em todas as modalidades, comum a todas as pessoas e sem distinções, inclusive na educação de jovens e adultos.

Nestes aspectos, abordamos também as Regras Mínimas para o Tratamento dos Reclusos, que foram adotadas pelo Primeiro Congresso das Nações Unidas sobre a Prevenção do Crime e o Tratamento dos Delinquentes, que se realizou em Genebra no ano de 1955. Nessas regras, foram estabelecidas condutas padronizadas na aplicação de penas criminais e o acesso a direitos como a alimentação digna, higiene pessoal, acompanhamento médico e acesso à educação.

Vale ressaltar que, nas observações preliminares, consta uma ressalva que flexibiliza essas regras, levando em conta que nem todas as regras podem ser aplicadas indistinta e permanentemente em todos os países, devido à grande variedade existente concernente às condições legais, sociais, econômicas e geográficas.

No que diz respeito ao contato com o mundo exterior, aborda o acesso aos livros como instrumento para a disseminação do conhecimento e aprimoramento dos conhecimentos que o indivíduo possui, através da leitura dos livros é possível conhecer outros ambientes através das histórias e dos relatos de fatos da sociedade. Desta maneira vem colocar na parte das regras de aplicação geral o princípio básico de acesso à biblioteca:

Cada estabelecimento prisional terá uma biblioteca para o uso de todas as categorias de presos, devidamente provida com livros de recreio e de instrução, e os presos serão estimulados a utilizá-la.

Já na parte dois, vem abordar os aspectos referentes à educação e recreio, principiando que a pena de privação de liberdade tem em seu fim a justificativa de

proteger a sociedade contra o crime, através da separação de um criminoso do mundo exterior, mas, para proteger essa sociedade faz-se necessário que o tempo de prisão seja aproveitado ao máximo, para quando do retorno deste indivíduo à sociedade, esteja apto a seguir uma vida de acordo com as leis. Neste aspecto fez-se referência à educação o artigo 77 §1,2 e o artigo 78:

§1 Deverão ser tomadas medidas no sentido de melhorar a educação de todos os reclusos que daí tirem proveito, incluindo a instrução religiosa nos países em que tal seja possível. A educação de analfabetos e jovens reclusos será obrigatória, e a administração deverá prestar-lhe especial atenção.

§2 Tanto quanto possível, a educação dos reclusos deverá estar integrada no sistema educativo do país, para que após a libertação possam prosseguir os seus estudos sem dificuldade.

78. Todos os estabelecimentos deverão proporcionar atividades recreativas e culturais, que são benéficas para a saúde mental e física dos reclusos.

Essas regras foram estabelecidas no ano de 1955, mas só foram aprovadas pela Assembleia Geral da ONU no ano de 1957. Sugerem um modelo mínimo para o tratamento da população encarcerado e que foram estabelecidas como adequadas pelas Nações Unidas, estabelecendo princípios de uma boa conduta para com os encarcerados.

Outro ponto importante aconteceu como resultado da 5ª Conferência Internacional sobre Educação de Jovens e Adultos, promovida pela UNESCO, dando origem à Declaração de Hamburgo de 1997, juntamente com seu plano de ação, sendo este discutido em diversas partes do mundo, inclusive aqui no Brasil. Fazendo parte desta Declaração encontramos a Agenda para o Futuro da Educação de Adultos, em que são abordados dez temas, dentre os quais podemos destacar o tema oito, que aborda “A educação para todos os adultos: os direitos e as aspirações dos diferentes grupos”, trazendo olhar sobre o acesso à educação de jovens e adultos que deveria ser para todos. No entanto, existem muitos que ficam de fora. Neste contexto se compromete no tocante à educação em prisões à

47. Reconhecer o direito dos detentos à aprendizagem:

a) informando aos presos sobre as oportunidades de ensino e de formação existentes em diversos níveis, e permitindo-lhes o acesso a elas;

b) elaborando e pondo em marcha, nas prisões, amplos programas de ensino, com a participação dos detentos, a fim de responder às suas necessidades e aspirações em matéria de educação;

Os documentos acima citados visam que os detentos tenham acesso a instituições de cunho educativo, tendendo a se caracterizar como ligação com as instituições que se encontram fora da prisão. Assim abordam o direito à dignidade e ao acesso à educação e instrução daqueles que se encontram privados de liberdade, denotando que a problemática da educação para com os detentos não é algo recente e sim de muitos anos e que ainda hoje é imprescindível de atenção dos poderes públicos.

Procuramos também abordar algumas leis que estão em vigor no Brasil, apontando aspectos que fazem parte do nosso sistema normativo, abordando especificamente as questões que são concernentes à educação dentro do sistema prisional. Pontuamos inicialmente o direito à educação de todo cidadão, que se encontra explicitado na nossa Constituição Federal. Também serão apresentados: a lei federal 7.210/84, Lei de Execução Penal, que descreve medidas de assistência ao condenado; O decreto 7.626/11, que institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional, com a finalidade de ampliar e qualificar a oferta educacional nos ambientes de privação da liberdade. Estas são apenas algumas das medidas existentes que norteiam o acesso à educação daqueles que se encontram atrás das grades, sendo necessário que se tornem conhecidas para que as vejamos efetivadas na prática.

1.1 CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Sabe-se que o acesso à educação é um direito previsto nas normas internacionais e na legislação nacional. A Constituição Federal de 1988 garante esse direito em seu artigo 205, estabelecendo que a educação:

É direito de todos, e dever do Estado e da família e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 2009/88, p. 98)

Neste sentido, é possível entender que a educação abrange toda a sociedade, incluindo os que se encontram em regime de privação de liberdade. Este direito deve ser respeitado e viabilizado dentro de qualquer espaço em nosso país, mesmo que esse se configure dentro de uma penitenciária.

O indivíduo que se encontra em privação de liberdade não deixa de ser um cidadão de direitos, o que o apenado perde é o direito de permanecer em liberdade e também sofre outras restrições previstas em lei ou decorrentes da própria sentença. Então, como o estabelecido na Constituição Federal, que é a lei máxima do nosso Estado Nação, deve ser cumprido e viabilizado o acesso à educação dessas pessoas.

A educação dentro do sistema prisional se configura como a efetivação de um direito de todo o indivíduo. O Estado deve assegurar o acesso desses indivíduos à educação, permitindo-lhes dar continuidade aos estudos de onde pararam ou iniciar essa nova caminhada.

1.2 A LEI DE EXECUÇÃO PENAL

A Lei número 7.210/84 - Lei de Execução Penal (LEP), é federal e foi formulada com embasamento nos conceitos da Nova Defesa Social, que, por sua vez, vem a ser uma representante da prevenção e do tratamento fundamentados em elementos das ciências sociais, à luz da criminologia, apresentando como base as medidas de assistência ao condenado.

Através da Lei de Execução Penal, torna-se significativa a extensão de direitos constitucionais aos presos e internos, para que possam desenvolver-se no sentido da reinserção social e evitando o excesso ou desvio da execução que, de alguma forma, possa vir a comprometer a dignidade e a humanidade da execução.

Em seu preceito, prevê a educação no sistema prisional descrita no capítulo II “Da Assistência”, seção V, Da Assistência Educacional, estabelecida entre os artigos 17 a 21:

Art. 17. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado.

Art. 18. O ensino de 1º grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da Unidade Federativa.

Art. 19. O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico.

Parágrafo único. A mulher condenada terá ensino profissional adequado à sua condição.

Art. 20. As atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados.

Art. 21. Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos.

Segundo a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, trata-se de um regulamento avançado referente à educação para as pessoas em privação de liberdade. Através do que se encontra estabelecido nestes artigos, seria possível garantir a assistência educacional, no entanto ainda são perceptíveis diversos problemas que inviabilizam e atrapalham a realização na prática, dentro de uma instituição penitenciária, tais como os citados pelo Relatório Nacional para o Direito Humano à Educação (CARREIRA, 2009), que abordam a superlotação, interrupções do atendimento educacional quando surgem boatos sobre possíveis motins, revistas dos módulos, materiais e infraestrutura inadequados, falta de projeto pedagógico, o fato de muitos educadores pensarem a prisão como um ambiente hostil ao trabalho educacional, o fato da educação para as pessoas encarceradas ser visto como um privilégio pelo sistema prisional, dentre outros fatores.

Desde a sua criação, em 1984, até os dias atuais, a Lei de Execução Penal passou por algumas alterações nos âmbitos da classificação, da assistência jurídica, das faltas disciplinares, da aplicação das sanções, do procedimento disciplinar dentre outras, mas aqui nos atemos as que se referem ao âmbito educacional, a decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pela Presidenta da República Dilma Rousseff, em junho de 2011, no que concerne à disposição sobre o capítulo I, que vem a tratar das Penas Privativas de Liberdade, na seção IV; Da Remição de parte do tempo da execução da pena por estudo ou por trabalho, ficando descritos nos artigos 126 a 130 da seguinte forma:

Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.

Art. 127. Em caso de falta grave, o juiz poderá revogar até 1/3 (um terço) do tempo remido, observado o disposto no art. 57, recomeçando a contagem a partir da data da infração disciplinar.

Art. 128. O tempo remido será computado como pena cumprida, para todos os efeitos.

Art. 129. A autoridade administrativa encaminhará mensalmente ao juízo da execução cópia do registro de todos os condenados que estejam trabalhando ou estudando, com informação dos dias de trabalho ou das horas de frequência escolar ou de atividades de ensino de cada um deles.

Art. 130. Constitui o crime do artigo 299 do Código Penal declarar ou atestar falsamente prestação de serviço para fim de instruir pedido de remição.

A remissão da pena se dará em função de um dia de pena a cada 12 horas de estudos, divididas em, no mínimo três dias, comprovados em frequência escolar, seja no ensino fundamental, médio ou superior, incluindo também o ensino profissionalizante ou a requalificação profissional. Pode também ser ofertada na forma de educação presencial ou no ensino à distância, que deverão ser devidamente certificadas pelas autoridades educacionais competentes.

Consta que também deverá ser acrescentado 1/3 (um terço) ao tempo remido por estudo, em caso de conclusão do ensino fundamental, médio ou do ensino superior durante o cumprimento da pena. Vale ressaltar que também é concedida remissão de pena de um dia para cada três dias de trabalho do condenado. Ele também terá acesso à relação dos dias remidos de sua pena, seja devido a frequentar a escola ou o trabalho. Também é concedido ao condenado cumulação de atividades educacionais como de trabalho, que possibilitem o acesso à remissão da pena que, por sua vez, serão definidas de maneira a se compatibilizarem.

A partir da lei 12.433/11, estabeleceu-se a redução de pena por tempo de estudo, sendo proveniente de um projeto do senador Cristovam Buarque. É também proveniente de um projeto de autoria dele a lei 12.245/10, que prevê a instalação de salas de aula destinadas a cursos do ensino básico e profissionalizante, postas como um dos comprometimentos dos estabelecimentos penais brasileiros.

Vale ressaltar que, mesmo com a Lei de Execução Penal, ainda não é possível verificar no Brasil uma experiência homogênea da educação em prisões. Isso se atribui ao fato de nosso país carregar consigo uma heterogeneidade no que concerne às suas penitenciárias, devido ao sistema prisional, à justiça e o sistema policial serem organizados em nível estadual, permitindo que cada governo tenha autonomia nas decisões referentes à introdução de reformas sobre a manutenção de cadeias, sobre o financiamento, sobre o pessoal, sobre as questões disciplinares e sobre as investigações de possíveis abusos. Encontra-se a cargo de cada Estado a

responsabilidade pela implementação de políticas públicas de execução penal, inserindo-se nas chamadas políticas de segurança pública.

As políticas de segurança pública, por sua vez, têm em suas atividades específicas a manutenção da ordem e da segurança pública. De modo mais geral, seriam programas de ações governamentais voltadas a atender de maneira técnica e administrativa uma demanda social existente. Segundo Antônio Roberto Xavier, a política pública pode ser entendida como:

1) Algo que o governo opta em fazer ou não, em face de uma situação; 2) a forma de efetivar a ação do Estado por meio de investimentos de recursos do próprio Estado; 3) no caso de admitir delegar ao Estado a autoridade para unificar e articular a sociedade, as políticas públicas passam a ser um meio de dominação; e, 4) ao mesmo tempo em que uma política pública se constitui uma decisão também supõe certa ideologia da mudança social, esteja explícita na sua formulação ou não. Para que uma política pública alcance ao atendimento de uma demanda social ela precisa de planejamento desenvolvimento e fiscalização. Esta última deverá ser feita, sobretudo pelos Conselhos Comunitários de Segurança - CCS formados por membros da sociedade civil e o Ministério Público. (XAVIER, 2008, p. 59).

O autor ainda coloca que a aplicabilidade das políticas públicas está sujeita a uma racionalidade perante a realidade, além de sofrer influência do projeto político dominante, as demandas sociais e dos recursos disponíveis como técnicos, logístico e humano, além do desenvolvimento institucional da sociedade.

Uma grande parcela da sociedade mostra-se alheia ao que acontece nas prisões, principalmente no que se refere ao direito à educação as pessoas encarceradas. O que é mais agravante é que muitos cidadãos pensam que essas pessoas que se encontram atrás das grades não deveriam ter direito a nada, a não a ser à eterna reclusão longe do convívio social. Ideias que são fortemente reforçadas através da mídia que ressalta a todo instante o número crescente de presidiários que, quando em contato com a liberdade, voltam a cometer delitos, retornando para o presídio.

Para ARRUDA (2009), a inscrição na Lei de Execução Penal sobre a assistência educacional no Brasil se apresenta cerceada de limites, pois a educação tem se limitado apenas à instrução, vista nas escolas como um preparo para o trabalho. No entanto, não leva à conscientização humana, que seria o refletir das próprias atitudes julgando o que está certo ou errado possibilitando a transformação

de si mesmo e também da própria sociedade. Isto se configura como uma contradição, pois o processo que se diz educativo, desenvolvido nas prisões, não busca incitar e incentivar o que o próprio sistema se propõe, ou seja, o retorno ao convívio social.

Mas aqui também se faz necessária uma ressalva: a sensibilização da sociedade no que concerne à educação atrás das grades poderia influenciar e ajudar a mudar o quadro atual, além do que, se houvesse a presença e o acompanhamento da sociedade civil dentro do ambiente prisional contribuiria para o fortalecimento das políticas de oferta de educação para pessoa em situação de privação de liberdade.

1.3 DECRETO NÚMERO 7.626/2011 – INSTITUI O PLANO ESTRATÉGICO DE EDUCAÇÃO NO ÂMBITO DO SISTEMA PRISIONAL

O Decreto 7.626/2011 – Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional (PEESP). Tem como finalidade ampliar e qualificar a oferta de educação nos estabelecimentos penais, além de viabilizar a execução do que consta no artigo 83 da Lei de Execução Penal:

Art. 83. O estabelecimento penal, conforme a sua natureza, deverá contar em suas dependências com áreas e serviços destinados a dar assistência, educação, trabalho, recreação e prática esportiva. [...]
§ 4º Serão instaladas salas de aulas destinadas a cursos do ensino básico e profissionalizante.

Os procedimentos que se encontram descritos no decreto 7.626/2011, visam à promoção da reintegração social, através de um conjunto de intervenções que sejam possíveis pelo acesso à educação básica por meio da modalidade de educação de jovens e adultos, a educação profissional e tecnológica e a educação superior, das pessoas que se encontram em privação de liberdade. Outro ponto abordado é a integração dos órgãos responsáveis pelo ensino público e os órgãos responsáveis pela execução penal.

Em seus objetivos, vem dispor para que haja troca de informações entre os órgãos federais, estaduais e também com o Distrito Federal, referente aos meios

educacionais e da execução penal, bem como estimular para que sejam formulados planos estaduais na área educacional, voltados para o sistema prisional. Nesses processos, visam prover e interagir para que seja possível uma verdadeira integração, entre a educação profissional e tecnológica, atrelados com a educação de jovens e adultos dentro dos presídios. Mas, essa educação vai além dos muros do presídio, e ela deve ser continuada, quando do preso posto em liberdade. Para isso, torna-se necessário que sejam viabilizadas condições para a continuidade dos estudos dos que são egressos do sistema prisional.

Para que seja possível a realização e o alcance de todos os objetivos, faz-se necessárias a adoção de providências para que os espaços físicos se tornem adequados a todas as atividades de cunho educacional e cultural, além de integrar-se às outras atividades dos estabelecimentos penais. Desta maneira, encontramos disposto que o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional (PEESP) será coordenado e executado pelos Ministérios da Justiça e da Educação.

No artigo 6º, vem dispor as competências atribuídas ao Ministério da Educação ficando sob sua responsabilidade prover os equipamentos necessários aos ambientes educacionais, os materiais didáticos e promover programas de alfabetização dos alunos e a capacitação dos professores:

Art. 6º Compete ao Ministério da Educação, na execução do PEESP:

- I - equipar e aparelhar os espaços destinados às atividades educacionais nos estabelecimentos penais;
- II - promover a distribuição de livros didáticos e a composição de acervos de bibliotecas nos estabelecimentos penais;
- III - fomentar a oferta de programas de alfabetização e de educação de jovens e adultos nos estabelecimentos penais; e
- IV - promover a capacitação de professores e profissionais da educação que atuam na educação em estabelecimentos penais.

O artigo 7º dispõe sobre as competências atribuídas ao Ministério da Justiça, ficando sob sua responsabilidade prover investimentos para a construção dos espaços voltados à educação, orientar sobre a importância da educação dentro dos espaços de privação de liberdade e o acompanhamento dos indicadores estatísticos;

Art. 7º Compete ao Ministério da Justiça, na execução do PEESP:

- I - conceder apoio financeiro para construção, ampliação e reforma dos espaços destinados à educação nos estabelecimentos penais;
- II - orientar os gestores do sistema prisional para a importância da oferta de educação nos estabelecimentos penais; e

III - realizar o acompanhamento dos indicadores estatísticos do PEESP, por meio de sistema informatizado, visando à orientação das políticas públicas voltadas para o sistema prisional.

Neles estão contidos os deveres de cada um dos Ministérios, como meio de promover e tornar possível a realização da educação dentro dos estabelecimentos penais. Assumindo desde o mobiliário das salas de aula, passando pela capacitação dos professores que atuam nessa área e o acompanhamento estatístico como meio que possibilita uma maior compreensão do que está sendo empregado a partir da lei e da visualização dos seus resultados.

Em seu artigo 8º, vem culminar para que haja uma colaboração, possibilitando que o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional seja realizado, através da União em cooperação com os Estados e também com o Distrito Federal sendo a ligação destes dois últimos por meio de um termo de adesão voluntária e que poderá envolver os Municípios, entidades da administração pública, sejam elas diretas ou indiretas e as instituições de educação.

Os Estados, juntamente com o Distrito Federal, devem preparar um plano de ação em que basicamente deverão contemplar a participação de setores com competências nas áreas educacionais e nas áreas da execução penal e a União também se fará presente, por meio do auxílio técnico e financeiro que possibilitará a execução do plano. Mas, por sua vez, esse plano será submetido à análise dos Ministérios da Educação e do Ministério da Justiça, para que assim tenham acesso ao apoio financeiro disponibilizado pela União.

O plano de ação deverá contemplar aspectos como a análise das demandas educacionais existentes no âmbito dos estabelecimentos penais, bem com as estratégias e as metas que deverão ser abordadas para a sua implementação. Incluindo desde as atribuições e as responsabilidades de cada setor, principalmente a adequação dos espaços que serão destinados para as atividades de cunho educacional, e claro que deve contemplar a formação dos professores e de outros profissionais da área educacional e promover a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional e tecnológica.

A partir das abordagens desse decreto, será possível uma qualificação na oferta da educação nas prisões. Agora se faz necessário que ele seja efetivado na prática em sua totalidade e que não venha a ser apenas mais um dos itens criados para serem engavetados. Ressalta-se que este é um documento novo, que foi

decretado no ano de 2011, pela Presidenta Dilma, e que necessita, de fato, ser implementado em sua totalidade, como meio de possibilitar o acesso à educação para os encarcerados.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Tomamos como base de estudo alguns conceitos formulados por Paulo Freire, que foi um educador comprometido com a vida, e com a realidade social, e de reconhecimento internacional principalmente pelo método de alfabetização de adultos, sendo uma das principais referências na educação de adultos através da conscientização, voltado ao despertar daqueles que se encontram oprimidos e massificados, por um sistema que supervaloriza os bens materiais em detrimento do próprio homem, tornando-os seres marginalizados e desprovidos de uma consciência crítica e reflexiva que permita a interação e a interpretação da realidade.

Paulo Freire traz no bojo de suas ideias a preocupação com a conscientização e com a mudança dos oprimidos, fatores que são perceptíveis em suas obras. Mas, esta é uma relação que não se faz ingênua, deixando claro que não será a educação sozinha que levará toda uma sociedade a libertar-se da opressão. Enquanto os assuntos que precisam ser debatidos permanecerem por traz dos muros das escolas e das universidades, quando ainda assim acontecem, isolados da realidade social, não se está verdadeiramente contribuindo para uma melhor educação.

A ação pedagógica não deve estar presente apenas nos ambientes escolares, mas deve permear toda a vida social, ou seja, deve estar presente em todos os espaços da sociedade. Pois, é a partir da compreensão da própria realidade que o homem procura, busca meios para transformar a realidade e não apenas adapta-se a ela.

A educação deve representar uma perspectiva positiva, que significa um desvendar dos olhos, abrindo-os para um olhar mais crítico para a realidade. Sabemos que o homem é um ser consciente, e na medida em que adquire novos conhecimentos, tende a se comprometer com a própria realidade, podendo assim transformá-la.

O processo de conscientização, que é intimamente influenciado pela educação, exige um trabalho de construção do pensamento crítico. Quando isso não acontece, o que se percebe é uma super valorização do que é técnico, levando a uma

consciência ingênua marcada por uma cultura do silêncio que se caracteriza como algo próprio do homem massificado.

A educação deve ajudar o homem a inserir-se criticamente no seu processo histórico, através da conscientização que liberta da ignorância que domestica e acomoda, levando a uma total massificação do homem. Este, por sua vez massificado, torna-se um ser acomodado e ajustado a situações que lhes são impostas, ou seja, adaptado, ao invés de interagir e integrar-se com o mundo, com a realidade, como cidadão de direitos.

Paulo Freire nos faz lembrar que a educação tem, em sua prática, a possibilidade de acender nos educandos a assunção da cidadania. Mas, para isso, faz-se necessário pensar as dificuldades que serão encontradas no meio do caminho.

Buscar compreender quais são os limites da prática educativa, mas não de uma forma idealista ou meramente ingênua, pois, a educação não é neutra, e os educadores devem carregar consigo a escolha sobre a favor de quem praticar a educação. Pois em nossa sociedade percebemos grandes injustiças e Paulo Freire aborda que “a impunidade é a regra. Aplauda-se o espertalhão que rouba um milhão. Pune-se, porém, o miserável que rouba um pão”. (Freire, 1995, p.44).

Percebemos que é no ato de responder aos desafios que são apresentados no contexto da vida do próprio sujeito que permite, possibilita que ele se crie e se realize como sujeito. Para isso, são exigidas dele respostas nas quais serão utilizadas a crítica, a invenção, a eleição, a organização, a decisão e a ação, coisas que fazem parte da vida do ser humano integrando-o à realidade que, por sua vez, transforma e não somente adapta-os.

Para ser um ato de conhecimento o processo de alfabetização de adultos demanda, entre educadores e educandos, uma relação de autêntico diálogo. Aquela em que os sujeitos do ato de conhecer (educador-educando; educando-educador) se encontram mediatizados pelo objeto a ser conhecido. Nesta perspectiva, portanto, os alfabetizandos assumem, desde o começo mesmo da ação, o papel de sujeitos criadores. Aprender a ler e escrever já não é, pois, memorizar sílabas, palavras ou frases, mas refletir criticamente sobre o próprio processo de ler e escrever e sobre o profundo significado da linguagem. (Freire, 1981, p.40).

No método de Paulo Freire, a educação escolar que se pretende é a libertadora, que deve valorizar os sujeitos como construtores de seus conhecimentos. Isso só se fará por meio de práticas que tenham uma dialogicidade mediada pelas realidades que encaminham para uma conscientização e reflexão, permitindo a esses educandos que se encontram atrás das grades, uma percepção e reflexão da realidade em que se deparam, levando-os a buscarem mudanças que possam ser evidenciadas em práticas positivas para terem uma vida digna.

Nas concepções de Paulo Freire, a alfabetização e a conscientização jamais se separam (1979, p. 27), mas, essa é uma ideia que não se encontra contida apenas na alfabetização, está relacionada a todos os níveis de aprendizagem. Partimos da ideia que a prática que envolve educador e educando não deve limitar-se apenas ao aprendizado de técnicas e de noções abstratas, e sim possibilitar que a educação seja um ato para uma visão crítica, da situação real, das vivências dos homens e mulheres que se encontrem subjugados.

Neste sentido, a educação é um ato de conscientização. Para Paulo Freire, “a conscientização significa uma abertura à compreensão das estruturas sociais como modos da dominação e da violência.” (1979, p. 24). Mas essa conscientização não depende única e exclusivamente do educador, ela parte de ações que as viabilizem, desde as políticas públicas até as ações sociais.

A partir desta concepção, entende-se que não é o educador ou a educação que são responsáveis por transformar todas as mazelas sociais ou eliminar com todos os problemas que afetam a sociedade brasileira. A educação ocupa, o seu lugar de relevância, de importância social, mas necessita de outros fatores que a complementem, principalmente quando são referentes à educação pública, que geralmente é ofertada a uma população que tem sido negligenciada em seus direitos, e que além da educação, depende de outros direitos que são decorrentes do poder público para terem acesso a uma vida digna e com qualidade. Mas, nem sempre ou quase nunca as necessidades desta população são priorizadas e atendidas, o que não deveria acontecer, pois, não se trata apenas de ser uma necessidade, mas acima de tudo por ser um direito garantido por lei.

Neste contexto, também são levantados aspectos sobre a educação que é voltada ao atendimento das classes populares que geralmente é marcada pelas desigualdades. Seria este um meio de alienação ou uma educação voltada para a

libertação, para a mudança das condições de coisificação do homem? Seria “educação para o homem-objeto ou educação para o homem-sujeito” (Freire, 1967, p. 36).

A educação deve levar as pessoas a uma auto-reflexão e a uma reflexão sobre o tempo e o espaço em que se encontram inseridas. Com isso faz-se necessário que a prática educativa esteja centrada na realidade dos educandos, possibilitando o desenvolvimento da criticidade. Para tanto, também deve levar em consideração a postura do educador, que deve desarmar-se dos estereótipos, que em muitos casos são reveladores da descrença nos próprios educandos e por diversos fatores que também influenciam na desvalorização do professor. Nestes aspectos, também é possível indagar sobre as características que o educador deva desenvolver nas formas de como trabalhar e que são assim descritas por Gadotti:

A característica fundamental da pedagogia do educador em presídios é a contradição, é saber lidar com conflitos, com riscos. Cabe a ele questionar de que maneira a educação escolar pode contribuir para a prisão e o preso, para tornar a vida melhor e para contribuir com processo de desprisonalização e de formação do homem preso. (1993, p. 128).

Através destes aspectos, a escola, como um símbolo da educação, pode se caracterizar e se configurar como um espaço dentro da penitenciária, em que seja possível oferecer aos apenados outras possibilidades de referenciais na construção de sua identidade e de resgate da cidadania perdida. Segundo Paulo Freire (1995, p.96), “(...) a melhor afirmação para definir o alcance da prática educativa em face dos limites a que se submete é a seguinte: não podendo tudo, a prática educativa pode alguma coisa”.

O educador deve proporcionar ao educando o pensar autêntico, através da troca de ideias, da discussão dos temas a serem trabalhados, levando os educandos ao esforço da recriação e da procura como meio de incorporação e de reinvenção. Desta maneira, a educação deve contribuir para a transformação da realidade a partir da compreensão de seus processos e do meio em que ela se encontra inserida.

Com uma consciência crítica, o homem procura sempre estar integrado com a realidade, busca compreendê-la gerando uma ação, fruto de uma consciência crítica.

Este é um trabalho que pode e deve ser desenvolvido em sala de aula, através da proposição de situações desafiadoras para os educandos e que tenham a ver com a realidade existencial do grupo de alunos.

Mas este também é um trabalho que encontra diversas barreiras, principalmente quando o trazemos para uma educação escolar que é ofertada dentro de uma prisão. Local em que muitas das vezes imperam o silêncio, o descaso, a desconfiança, o medo, o receio, a insatisfação e a revolta.

Neste contexto, um caminho a ser seguido é o do diálogo, a pedagogia da comunicação que supera o antidiálogo, o silenciamento, que muitas vezes é imposto por diversos motivos nestes ambientes de privação da liberdade.

Não podemos deixar de citar que a formação do indivíduo é permeada pelos determinantes sociais e com isso faz-se necessário que a escola, esteja ela inserida ou não em um ambiente de privação de liberdade, considere a realidade extra pedagógica que pode interferir no ambiente escolar. Sabemos que a escola sozinha não conseguirá alterar as estruturas sociais, mas uma educação crítica, que vise a emancipação dos sujeitos, mesmo que estes se encontrem em um ambiente de privação da liberdade, pode efetivar-se em processos de mudanças do próprio sujeito, frente as suas próprias necessidades e as necessidades dos outros.

Porque mesmo privado de sua liberdade, o homem tem os seus direitos e deveres e estes também devem estar estabelecidos nas relações que permeiam o cotidiano das instituições de privação de liberdade. Para tanto é necessário que seus internos tomem consciência disso e possam estabelecer relações de convivência social despertados pelo desenvolvimento de uma consciência crítica fruto de um processo educacional em que se valoriza o sujeito e as suas necessidades enquanto seres humanos.

2.1 APRESENTAÇÃO DE PESQUISAS SOBRE O TEMA NA ÁREA EDUCACIONAL

A educação, como apresentada na Constituição Federal (BRASIL, 2009), é um direito de todos, e dever do Estado, que deve ser promovida e incentivada, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, de seu exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho. Nestes moldes temos que nos ater a pensar o papel da

educação para uma sociedade, como ela se desenvolve e para quem é dado o acesso a esse desenvolvimento.

Neste capítulo, serão apresentadas algumas pesquisas que abordam a educação de jovens e adultos, no bojo de instituições de reclusão, trazendo pontos que possam ajudar na compreensão e na abordagem dessa educação voltada para esse público que se encontra atrás das grades.

Abordaremos aqui uma educação voltada para aqueles que não deram continuidade aos estudos ou que não tiveram acesso na idade apropriada, mas que hoje esse acesso é realizado dentro de um ambiente prisional. Toma-se como ponto de partida reflexões presentes na Tese de Doutorado de Marcelo Roman (2007), que tem por tema *Psicologia e Adolescência Encarcerada: A dimensão educativa de uma atuação em meio à barbárie*. Dando continuidade, serão abordados textos de educadores, pesquisadores e militantes da educação no contexto prisional, que compõem o livro *O Espaço da Prisão e suas Práticas Educativas*, de Lourenço e Onofre (2011), através de enfoques e perspectivas contemporâneas.

Para adentrarmos neste contexto, abordamos alguns pontos apresentados no livro: *A Cidadania Negada* de Gentili e Frigotto (2008), sobre a política de exclusão na educação e no trabalho.

2.1.1 POLÍTICA DE EXCLUSÃO

A escola se encontra dentro de um sistema capitalista, e, por sua vez, ela própria é também capitalista, representada ao assumir uma posição estrutural de separação dos meios de produção, caracterizada no exemplo da escola dual em que existe a escola voltada para a elite que compreende os aspectos do intelecto e a escola voltada para as massas que tem um caráter assistencialista. Segundo Mauro Del Pino, “Ao separar de forma definitiva o ensino técnico do ensino médio, o que o governo faz é impulsionar o caráter capitalista da escola, de reprodução da divisão social do trabalho”. Gentili (apud DEL PINO, 2008, p. 79).

Trazendo essa realidade da escola e do capitalismo para dentro da penitenciária, tem-se a necessidade de uma reflexão sobre o papel que a escola tem a desempenhar, em um ambiente marcado pelo controle e pela dominação. Nesse

contexto, percebemos que a escola, como lugar representativo da educação, não é concebida apenas para mediar o conhecimento, mas que o real papel da escola deva ser o de preparar os indivíduos para atuarem de maneira crítica e consciente dentro da sociedade, desenvolvendo o respeito e o senso de cidadania.

Esta, porém, também é uma sociedade que supostamente está sempre a selecionar os indivíduos para os postos de emprego, levando a constatar que tudo se trata de uma seleção, onde todos devem estar mais do que preparados, devem estar prontos e moldados às necessidades de um mercado capitalista. Mas sabemos que esta seleção pode envolver aspectos de meritocracia, de troca de favores e de pessoas que indicam outras pessoas tornando a maneira de selecionar injusta.

Então, se faz necessária uma reflexão ampla sobre a função da escola dentro da penitenciária, para que ela não venha a estar ali apenas como cumprimento da lei, mas como um meio, um caminho possível para os detentos que ali se encontram e que em sua maioria não teve acesso à educação e a nenhum dos itens que são considerados de necessidades básicas como alimentação, saúde, moradia de qualidade, lazer dentre outras necessidades.

Dentro da sociedade, é imposto que os indivíduos adquiram competências e habilidades em níveis técnicos e em atitudes para que assim possam participar da competitividade do mercado concorrendo na busca por uma vaga de emprego. Segundo Gentili (apud DEL PINO, 1998, p. 89), [...] “se esgota a promessa integradora da escola, passando a ser sua a tarefa agora a empregabilidade”[...]. Então o emprego deixa de ser um direito social, passando a ser considerado como uma conquista das capacidades do indivíduo.

Mas se esse indivíduo carrega consigo uma marca de ex-presidiário, torna-se muito mais difícil ser competitivo ou até mesmo ter acesso a essa suposta competitividade. Este estigma de detento representa, para esta atual sociedade que se encontra repleta de deturpações, alguém que ela quer bem distante.

No entanto a educação não pode fundamentar-se nesses aspectos, ela deve ter um papel mais amplo em que possa contribuir para a conscientização e valorização do homem de maneira a caracterizar-se em um processo no qual a pessoa conheça seus direitos e deveres e que tenha o acesso de praticá-los em sua plenitude.

2.1.2 A EDUCAÇÃO ESCOLAR NA FEBEM

Marcelo Roman, em sua tese de doutorado, vem apresentar uma pesquisa sobre a atuação do psicólogo em instituições educativas, adotando como campo de pesquisa a adolescência em conflito com a lei e o tratamento disponibilizado pelo Estado Brasileiro em especial pela FEBEM/ SP. Aborda desde as motivações que levam os adolescentes a cometerem infrações, o atendimento a eles disponibilizado e a necessidade de transformação do sistema, que é centrada no encarceramento e na lógica punitiva.

Vivemos em uma sociedade capitalista dividida em classes sociais desiguais e que, em grande parte, valoriza em muitos momentos o “ter ao invés do ser”, valoriza-se o que podemos ter, o poder aquisitivo descreve quem são as pessoas, quanto mais se tem, mais importante representa-se ser dentro de uma sociedade. Segundo Roman, a problemática aparece como sendo entre o sujeito desvalorizado e o objeto valorizado. “A criança pobre, nascida e criada na periferia da cidade, carrega em sua aparência imediata o que a identifica como membro de uma classe social desprovida”. (ROMAN, 2007, p. 5).

Carente de bens materiais, essa criança recebe o estigma que nos é imposto através da classe social, a qual somos integrados ao nascermos, tende-se a rotulações que conduzem a um sentimento de desvalia. Sentimento que surge com a confrontação dos valores dos objetos e na relação entre sujeito e objeto. Segundo Roman

Nesta relação entre sujeito e objeto, o valor está primordialmente relacionado ao objeto, que, em relação com outros objetos, tem seu valor relativizado e transferido ao sujeito. (Roman, 2007, p. 6)

A nossa sociedade ainda sofre com essa alienação da valorização, empregada nas mercadorias, que acreditamos satisfazer as necessidades humanas e que cada vez mais é intensificada por um sistema que deveria instruir, mas que ao invés disso apenas nos apresenta propagandas que intensificam o aparecimento das necessidades que são originárias da nossa fantasia.

Então podemos buscar a satisfação obtida pelo acesso aos bens a partir do trabalho, mas qual seria este, que estaria ao acesso de todos e com uma boa remuneração? Seriam os sub-empregos, os trabalhos da economia informal e até

mesmo ilegal, que se encontram na base da economia das periferias das grandes cidades.

Percebe-se então que, através deste tipo de trabalho, não serão alcançados os bens almejados por imposição da própria sociedade. Busca-se por outros meios, maneiras que agridem toda uma sociedade e que infringem as leis para adquirirem esses bens, estas mercadorias que darão ao sujeito possuidor uma supervalorização dentro da sociedade.

É a partir dessas características que Roman vai buscar compreender a problemática de adolescentes em conflito com lei. Ouvindo o depoimento de alguns jovens que se encontravam internados na FEBEM, constatando a realidade do poder do fetichismo da mercadoria, pela falta de emprego, a miséria e a luta pela sobrevivência que se abatem sobre esses adolescentes. Estes são aspectos que muitas vezes não são observados ou levados em consideração, é mais fácil culpabilizar o jovem infrator:

A marginalidade juvenil torna-se assim apenas uma questão de escolha pessoal entre o certo e o errado quando não se está ainda preparado para escolher. O foco é no indivíduo, o que acaba de desfocar ou eludir a multiplicidade de relações que o definem. É claro que, se toda responsabilidade é atribuída ao indivíduo, o equívoco de sua escolha não ficaria impune, trazendo ao jovem sofrimento e punição, o que parece a resposta automática e natural que a sociedade ou Estado impõem. (Roman, 2007, p. 13).

Nestes aspectos, algo nos chama a atenção: não existe sujeito sem uma condição histórica, essa condição histórica pode influenciar nas escolhas mas, essa condição histórica não deve pré-definir, as determinações sociais que influenciam nos caminhos percorridos por estas pessoas.

Ao permanecermos nesse assunto de adolescentes que se tornam infratores, não podemos deixar de abordar a questão das drogas, considerada um dos detonadores da violência, mas para muitos jovens ela se apresenta como solução para os muitos problemas, segundo um dos entrevistados na pesquisa, que afirma: “ela anestesia, faz esquecer o mundo de privações e causa prazer imediato”. (2007, p.14).

Roman também nos alerta para as generalizações que podem singularizar os indivíduos que residem em periferias, como sendo todos marginais, não levando em

consideração que lá residem muitos trabalhadores, que batalham em péssimas condições pelo seu sustento. É neste ambiente marcado pelas desigualdades que também surgem pessoas com força de vontade para vencer os obstáculos que são impostos por essa sociedade injusta, pessoas que lutam por melhores condições de vida para aquela população e que geralmente não são vistos com bons olhos por uma sociedade que se encontra deficiente em sua ética, em seus valores e em suas leis. Não cabe neste trabalho apresentar ou fazer um apanhado sobre a singularidade dos indivíduos, tentando desvendar o que leva pessoas que vivenciam as mesmas mazelas a seguirem caminhos distintos.

Ao se tratar de aspectos mais gerais, Roman aborda a questão do capitalismo que transforma qualquer coisa em mercadoria. Apresenta também as características de uma selvageria vivenciada aqui no Brasil, representada através de um dos piores índices de distribuição de renda do planeta, acarretando em uma baixa remuneração da grande maioria dos postos de trabalho e uma grande quantidade de famílias que não tem nenhum tipo de renda, vivendo as mais diversas condições precárias. Desta realidade extraímos como uma das principais vítimas a juventude urbana.

Segundo Frigotto (apud Roman, 2007, p. 32), “há aproximadamente seis milhões de jovens no Brasil que se caracterizam pela inserção precoce no mercado formal ou informal de trabalho, em condições precárias e com baixa remuneração. Não fazem isso por opção, mas pelas imposições materiais enfrentadas pela classe a que pertencem”. Os filhos das classes populares mais empobrecidas não têm alternativas, necessitam dar início à rotina do trabalho, aprender logo cedo qualquer ofício que lhes possibilite ganhar algum dinheiro que auxilie no sustento.

Temos que salientar que nem todos chegam a ter acesso a uma rotina de trabalho e acabam seguindo por outro caminho que lhes possibilite um rendimento, apresentando-se como um incremento para a violência urbana, um caminho que também leva até o tráfico de drogas.

Por outro lado, estaríamos equivocados se os considerássemos meros sujeitos bárbaros de extermínio de seus semelhantes, pois, em análise ampla, revelam-se como produtos históricos e instrumentos de uma sociedade fundada e perpetuada por meio da violência. Esses jovens parecem, então, responder em ato ao que a sociedade lhes reserva como legado. Em troca, a esse efeito produzido em suas próprias entranhas, a sociedade replica estruturando um aparato jurídico-institucional encarregado de lidar com a adolescência em conflito com a lei. (ROMAN, 2007, p. 37).

Nestes aspectos, percebemos as origens da grande maioria de jovens e adultos que, por diversos motivos, ocupam atualmente a chamada de Fundação CASA (Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente), antiga FEBEM e superlotam as penitenciárias.

A FEBEM (Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor) foi criada em 1976, com o intuito de atendimento de menores em conflito com a lei ou abandonados, mas o que se configurou na prática foi um depósito de crianças e adolescentes marginalizados ou autores de atos infracionais. Denota assim que o objetivo declarado pela instituição em nada se concretizou na realidade, tornando-se um local que ficou marcado por seus maus-tratos, torturas, rebeliões e mortes.

A violência troca de mãos e alvos dentro da FEBEM/SP, sendo sucessiva e, por vezes, simultaneamente exercida por funcionários contra internos, por internos contra internos e por internos contra funcionários. A violência propaga-se na instituição por meio de seus sujeitos, instrumentando-os, forçando-os a exercê-la contra outros e os fazendo sofrer seus efeitos. (Roman, 2007, p.69).

Neste local, onde a violência parece ser parte integrante do ambiente, marcado pela repressão e opressão advindas de todas as partes, as pessoas que ali convivem são assinaladas pela barbárie instaurada. Nesse contexto, encontramos a escola e passamos a observar qual o papel que ela desenvolve. Em primeiro plano, ela se encontra neste lugar como um cumprimento da lei, em segundo, tem problemas usuais como qualquer outra escola; e em terceiro, enfrenta outros problemas concernentes de uma escola no cárcere.

Problemas como a interrupção do ano letivo, rebeliões, fugas, despreparo dos docentes, burocratização das atividades pedagógicas, dentre outros aspectos, fazem parte da rotina dessa escola. Ela também carrega consigo a lógica do cárcere, mas não deixa de ser imprescindível de humanização.

A escola, enquanto instância formadora de cidadãos, funciona na FEBEM, como um lembrete incômodo de que os jovens internados são mais do que bandidos irrecuperáveis ou quase bichos que precisam ser confinados e adestrados. Eles são humanos, possuem direitos e deveres e devem ser respeitados. Nessa esfera, a escola ameaça o regime disciplinar da instituição. (Roman, 2007, p. 70).

Em sua pesquisa, Roman e os membros da equipe se colocam em sala de aula, ocupando o lugar dos professores, possibilitando que, nesse processo, fosse possível o acesso ao conhecimento das reais condições de trabalho enfrentadas pelos educadores. Os pesquisadores saem de um lugar de conforto, seguro e distante da realidade, que apenas lhes era apresentada através dos relatos dos educadores, e passam para um lugar de contato direto com a realidade estudada dentro de uma sala de aula.

As práticas abordadas por Roman no decorrer do desenvolvimento dos trabalhos baseiam-se na pedagogia de Paulo Freire, trazendo a concepção de que o ato educativo forma, simultaneamente, não só o educando, mas também o educador que apreende. Isso se traduz através da fala de que “ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo”. (Freire, 1987, p. 79).

O educador deve ter em seu papel um interlocutor, um mediador e colaborador para que possam interagir no processo singular de cada educando, de maneira a auxiliar na sua construção de leitura de mundo. Neste contexto, é necessário que se busque conhecer as reais perspectivas destes sujeitos educandos, o que os levaram a procurar o conhecimento mediatizado pela escola, para que essa busca possa ser contemplada nos temas geradores, possibilitando que, através do diálogo, se abram para as perspectivas do futuro mediatizado pela educação, transformando a realidade.

É claro que muitas coisas norteiam o trabalho do educador, dentre elas as precárias condições dos materiais para o trabalho, o currículo que deve ser seguido e dentro de um espaço onde se cerceia a liberdade, ficam submetidos a uma hierarquia, ao imaginário que se estabelece sobre aquela instituição. Essa instituição que, na verdade, vem a organizar toda a rotina, determinando formas de agir e pensar, modulando e rotulando os indivíduos que ali se encontram. Todos esses são empecilhos para que a prática educativa se desenvolva de maneira satisfatória, nos aspectos de promoção de uma criticidade que possibilite ao educando uma transformação da própria realidade. Roman ainda salienta que, para que ocorram mudanças, é necessário que se transforme a estrutura institucional, e que esta transformação pressupõe a relação entre cultura escolar e sociedade, trazendo a

prescrição que para se ter uma nova escola, seria preciso partimos de uma nova sociedade.

Mas no cenário de desigualdades que se estabelece na sociedade, existe também a questão da falta de acesso a bens e serviços e a negação de direitos a uma parcela da população, recaindo sobre os educadores a importante missão de assumir a identidade de trabalhadores culturais, devendo focalizar os seus estudos para a elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para aqueles que se encontram excluídos de seus direitos.

2.1.3 A EDUCAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL

Para Onofre (2011), as prisões, nos aspectos mais comuns, se apresentam com a má qualidade de vida, ou seria melhor abordar a falta de qualidade de vida observada nos aspectos da superlotação, condições sanitárias rudimentares, má alimentação, falta de assistência médica, jurídica, psicológica, social, profissional e educacional.

No que concerne à estrutura das penitenciárias e dos presídios em relação ao seu cotidiano, apresentam-se marcados pelos maus tratos, pelo desrespeito ao ser humano, exibindo assim, o contraste do que é proposto nas leis, nas políticas públicas e o que de fato é constatado na prática das instituições, concretizando-se em um sério problema para a efetivação de ações que promovam a reinserção social.

Esses aspectos levam a uma descrença por parte dos detentos, e também, a um sentimento de injustiça. Então, ao referenciar-se à história penal, temos que:

em nenhum momento e em nenhuma sociedade a prisão cumpriu sua suposta missão de recuperação e reintegração social, de acordo com a ótica de redução da reincidência. A prisão, como está instituída, portanto, jamais consegue dissuadir sua natureza punitiva em favor de uma natureza purificadora, o que nos leva a questionar seu papel como instituição recuperadora de indivíduos que cometeram crimes contra a sociedade. (Onofre, 2011, p. 269)

Diante desses aspectos, entendemos a necessidade da concretização e efetivação das políticas de humanização do cárcere, dentre elas, devem estar os processos educativos que se realizam nas unidades prisionais, visando à melhoria na qualidade de vida dos aprisionados e que promovam uma formação crítica.

É possível entender que a privação de liberdade, da maneira que está sendo empregada, impossibilita qualquer tipo de esforço em favor de uma reinserção do apenado. Na realidade, esta privação tende a contribuir para que seus internos se tornem delinquentes mais perigosos, influenciando para que haja um aumento da reincidência.

Neste momento, podemos ainda fazer uma ressalva às políticas presentes no discurso oficial, que presam no papel pela reeducação e reinserção social dos aprisionados. Discursos que, aos nossos ouvidos, animam em perspectivas de mudanças para os sujeitos apenados, mas que na realidade não se efetivam na prática da vivência prisional; as leis quando são aplicadas denotam total falta de interesse e compromisso, subjugando ainda mais os sujeitos encarcerados.

É claro que não podemos deixar de citar a existência das reformulações e reestruturações dos procedimentos para se alcançar a “ressocialização” dos detentos neste estabelecimento de privação de liberdade, nos quais são ouvidas as sugestões e programas derivados de diferentes representantes, tais como: pesquisadores, órgãos públicos, órgãos privados, organizações não governamentais, dentre outros. Mas a única voz que não se escuta e que muito menos se tem dado importância é a dos detentos. Eles se configuram como os maiores interessados, mas não têm voz e nem vez, pois se encontram em desvantagem sem nem mesmo acesso ao diálogo.

Onofre, que toma por base as ideias de Paulo Freire, vem chamar a atenção para grande importância do diálogo, pois é a partir deste que nos permitimos conhecer e respeitar o que os sujeitos pensam, as suas vivências, suas experiências, as suas formas de interação. Esta é uma forma de conceber que estas pessoas são atores da educação escolar que deve envolver professores e alunos.

Para ser um ato de conhecimento o processo de alfabetização de adultos demanda, entre educadores e educandos, uma relação de autêntico diálogo. Aquela em que os sujeitos do ato de conhecer (educador-educando; educando-educador) se encontram mediatizados pelo objeto a ser conhecido. Nesta perspectiva, portanto, os alfabetizandos assumem, desde o começo mesmo da ação, o papel de sujeitos criadores. Aprender a ler e escrever já não é, pois, memorizar sílabas, palavras ou frases, mas refletir criticamente sobre o próprio processo de ler e escrever e sobre o profundo significado da linguagem.(Freire, 1981, p.40).

Através de seus estudos e pesquisas, Onofre e sua equipe adotam a postura científico-metodológica de Enrique Dussel, filósofo latino-americano e um dos maiores propagadores da filosofia da libertação, que busca compreender sabiamente a realidade dos latino-americanos e as situações de injustiça social, exploração, desigualdade socioeconômica, violência e morte. Ele também deixa claro, através de seus estudos, o fato de que se têm silenciado os verdadeiros protagonistas dessa história. Neste contexto, ao se pensar nos espaços de privação da liberdade, vemos instauradas relações de subjetividade e de negação da vida e da liberdade.

Sabemos que a escola que funciona dentro de uma prisão segue e funciona segundo as normas de segurança e de disciplina da prisão. Mas segundo Onofre, devemos ter em mente que uma escola competente “trabalha no sentido de proporcionar formação e informação juntas”, contribuindo para que o aluno seja participativo no processo educativo, sendo respeitado, ouvido e compreendido. Esta escola desejada não se parece nenhum pouco com a que se encontra vigente em nossa sociedade.

Desta maneira percebemos que a escolarização por trás das grades é um grande desafio que deve ser enfrentado por todos, inclusive pela própria sociedade, pois ela pode ser um caminho para conduzir a uma preparação dos apenados para a reinserção social. Esta reinserção que, segundo o Ministério da Justiça, tem em seu objetivo a capacitação da pessoa para exercer em plenitude o seu direito à cidadania.

Com estas palavras, não estamos fechando os olhos para toda a problemática e dificuldades existentes em torno da educação em prisões. Inclusive, em alguns momentos, essa educação representada pelas atividades desenvolvidas pela escola, se reveste do próprio papel da prisão, fechando seus alunos em determinadas situações em que não lhes possibilitem qualquer tipo de escolha. Mas deve-se reforçar que, dentro do contexto prisional, a educação pode configurar-se como um instrumento para o processo formativo que possibilite uma conscientização produtora de mudanças comportamentais dentro e fora da prisão.

A educação sozinha não irá acabar com todos os problemas existentes dentro da sociedade, mas tendemos a querer que ela seja a redentora do mundo. Necessitamos de uma educação totalmente diferente da que se encontra

estabelecida. Precisamos de uma educação com qualidade que permita a quem a recebe significar, modificar, elaborar e construir conscientemente o seu próprio caminho.

Neste processo, não podemos deixar de fora o papel do professor, o mediador, que através do diálogo, deve apreender a realidade social destes alunos, a partir de uma aproximação crítico-reflexiva entre educador e o educando, possibilitando a estes educandos perceberem e descobrirem a realidade social que estão vivenciando e os caminhos para mudanças a partir da tomada de consciência e na busca por melhores condições vida dentro e fora da prisão, além da procurar e lutar pelo acesso aos direitos comuns a todos os cidadãos.

3. METODOLOGIA

No processo de realização deste trabalho, empregamos a investigação social utilizando como meio de abordagem a pesquisa qualitativa, herdada através da Antropologia e da Sociologia. Antropologia que é ciência que busca estudar o homem e sua humanidade, tentando compreender todas as suas dimensões. E a Sociologia que é a ciência que se dedica ao estudo dos fenômenos social sendo a análise da estrutura das relações sociais.

Essa herança vem sendo utilizada de maneira propícia e conquistadora de seu espaço na esfera educacional, apresentando-se como um recurso direcionável e com seu foco de interesse amplo, possibilitando a obtenção de dados descritivos através do contato direto e interativo do pesquisador com o objeto de estudo ou a situação a ser estudada, permitindo um entendimento dos fenômenos estudados.

O estudo qualitativo, como citado anteriormente, é descritivo, se desenvolve em uma situação natural, tem um plano aberto, flexível, focalizando a realidade de maneira complexa e contextualizada. (OLIVEIRA, 2008)

Sendo assim, procura pautar seus estudos na interpretação do mundo real, permitindo a abordagem da problemática, de maneira a ajudar na percepção e compreensão de determinados fatos, que norteiam a realidade a ser estudada. Para Moreira (apud OLIVEIRA, 2002, p. 50-1),

[...] os objetos de estudo das ciências humanas e sociais são as pessoas e suas atividades, considerando-os não apenas agentes interpretativos de seus mundos, mas também compartilham suas interpretações à medida que interagem com outros e refletem sobre suas experiências no curso de suas atividades cotidianas. (p. 7- 8).

A pesquisa qualitativa apresenta propriedades que se baseiam em um pressuposto de que “o conhecimento não é algo acabado”; é, por sua vez, “uma construção que se faz e refaz” constantemente. Através dela é possível estar sempre a buscar novas respostas e também existe a possibilidade de ter o surgimento de novas indagações no processo de construção e desenvolvimento deste trabalho.

Moreira (apud OLIVEIRA, 2008, p. 13) vem apresentar as características da pesquisa qualitativa definindo-as como:

1) A interpretação como foco. Nesse sentido, há um interesse em interpretar a situação em estudo sob o olhar dos próprios participantes; 2) A subjetividade é enfatizada. Assim, o foco de interesse é a perspectiva dos informantes; 3) A flexibilidade na conduta do estudo. Não há uma definição a priori das situações; 4) O interesse é o processo e não o resultado. Segue-se uma orientação que objetiva entender a situação em análise; 5) O contexto como intimamente ligado ao comportamento das pessoas na formação da experiência; e 6) O reconhecimento de que há uma influência da pesquisa sobre a situação, admitindo-se que o pesquisador também sofre da situação de pesquisa.

Como o conhecimento é algo que está sempre em construção e em processo de desenvolvimento, busca-se a apresentação inicial e a caracterização do problema, sua classificação e uma possível definição baseando-se na realidade posta da atualidade. O fundamento e o desenvolvimento da pesquisa se darão através de entrevistas, do levantamento bibliográfico e da pesquisa bibliográfica, através de artigos, teses, monografias, livros e na internet, possibilitando assim uma familiaridade com o problema, o que tornará possível uma sistematização de reflexões a respeito do tema proposto.

Neste trabalho, optamos por utilizar a entrevista, por se tratar de um importante instrumento nos estudos científicos. Segundo LUDKE e ANDRÉ (1986, p.34 apud OLIVEIRA, 2008, p.11), “a grande vantagem dessa técnica é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos”. Através deste procedimento, buscamos adquirir informações e a opinião dos entrevistados, visando uma contribuição ativa no processo de análise teórica, efetivados pela vivência contextualizada dos entrevistados com a realidade, por sua vez estabelecido em seu dia-a-dia através do seu ambiente de trabalho.

As entrevistas podem ser classificadas em: estruturadas, não estruturadas, completamente abertas e semi-estruturadas. Foi selecionada, para integrar esta pesquisa, a entrevista semi-estruturada, por permitir uma maior flexibilidade no momento da entrevista, além de que, segundo Ludke e André (1986), seria um dos procedimentos que mais se adapta aos estudos voltados ao ambiente educacional por apresentar um esquema mais livre, propício para o momento de entrevistar professores, alunos, pais, coordenadores, diretores e orientadores. A escolhida foi a

entrevista semi-estruturada, que possibilita ao entrevistado ficar mais à vontade em alguns momentos para falar o que pensa e sente.

Partimos do princípio de que a pessoa entrevistada é mais apta a explorar a problemática posta em evidência, foco central da entrevista, por vivenciar em sua história de vida, em seu ambiente de trabalho, as informações que são almejadas para uma reflexão acerca da problemática estudada.

Através deste método, é possível um maior aprofundamento das respostas concedidas pelo entrevistado, devido à liberdade que lhe é proporcionada, facilitando também as produções verbais de informações dos entrevistados.

Para realização deste trabalho, foi solicitado a cada participante da entrevista que expressasse a sua concordância através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido antes de ser entrevistado. De maneira clara também procuramos esclarecer o cunho científico desta pesquisa, e que seus resultados seriam utilizados com a finalidade investigativa, como parte integrante para a produção do trabalho de conclusão de curso. Manteremos sigilo os nomes e as informações que permitam identificar os participantes da entrevista.

O roteiro para entrevista foi elaborado com a função principal de auxiliar na organização precedente e no momento da entrevista, de maneira a garantir e a conduzir uma disposição dos conceitos que devemos analisar, além de propiciar segurança e o não esquecimento de algum item ou pergunta no decorrer da entrevista.

O roteiro da entrevista foi composto de perguntas abertas e dada a liberdade para os entrevistados falarem sobre os aspectos que consideraram mais importantes. Na elaboração das perguntas, procuramos utilizar uma redação clara, possibilitando a compreensão direta do entrevistado e deixando-o mais à vontade para responder as indagações.

Outro cuidado tomado dentro do roteiro foi a criação de blocos temáticos, agrupando as perguntas que objetivavam o mesmo assunto, permitindo perceptibilidade e coerência nas possíveis respostas, ficando assim subdividido em cinco blocos: Perguntas sobre o entrevistado; Perguntas sobre sua trajetória profissional dentro da instituição; Perguntas sobre a instituição; Perguntas sobre o cotidiano da instituição; Perguntas que contemplam a opinião do entrevistado.

O roteiro foi composto por trinta e duas questões, sendo que não houve uma seleção para determinar o número exato de perguntas a ser ministrada dentro de cada um desses blocos, sendo definida pela necessidade de compreensão da temática abordada pelo tema; “o papel da escola dentro da penitenciária: discurso oficial e desafios práticos”, através das falas dos entrevistados.

O bloco **A** foi constituído de perguntas que buscavam conhecer um pouco dos entrevistados, tentando extrair deles o que os particularizam, lembrando que todos nós somos seres singulares, mas, não abstratos e que temos experiências sociais que se tornam significativas para alguns indivíduos.

As questões em volta deste bloco viabilizaram também certa aproximação com os entrevistados possibilitando a continuidade da entrevista.

A. Perguntas sobre o entrevistado:

- 1) Qual o seu nome? (Completo)
- 2) Qual a sua idade?
- 3) Qual a sua formação acadêmica?
- 4) Fale um pouco sobre o que te levou a esta formação acadêmica:
- 5) Há quanto tempo você é formada?
- 6) Você já atuou em outras áreas profissionais? Quais?
- 7) Por que você veio trabalhar nesta instituição educacional?

Os blocos **B**, **C** e **D** trazem perguntas relativas à trajetória profissional dos entrevistados quer sejam anteriores e dentro do ambiente de trabalho, visando também a obter informações técnicas sobre a instituição, que possam ser embasadas de acordo com as leis concernentes, e em teóricos que tratam da temática. Apresentam aspectos mais específicos, que possibilitam expor um pouco da história e descrever a realidade ali descoberta.

B. Perguntas sobre sua trajetória profissional dentro da instituição:

- 8) Há quantos anos você trabalha nesta instituição?
- 9) Fale um pouco sobre esse período trabalhando nesta instituição?
- 10) Quais foram os setores que você atuou?

11) Fale um pouco sobre as funções desenvolvidas por você dentro desta instituição:

12) Atualmente qual a função que você desenvolve dentro desta instituição?

C. Perguntas sobre a instituição:

13) Há quantos anos existe a Escola Especial da Penitenciária?

14) Qual o horário de funcionamento da Escola?

15) Como se dá a realização das matrículas dos prováveis alunos?

16) Quantos alunos a Escola atende?

17) Como esses alunos estão distribuídos?

18) Como é feito o controle da frequência dos alunos?

19) Quando os alunos são faltosos ou deixam de frequentar as aulas, qual é o procedimento adotado?

20) Fale um pouco sobre a evasão dos alunos:

21) Qual é projeto político pedagógico desta instituição?

22) Como se dá a organização curricular desta instituição?

D. Perguntas sobre o cotidiano da instituição:

23) Fale um pouco sobre a organização da rotina escolar dentro da Penitenciária:

24) Os professores recebem alguma especialização ou capacitação para atuarem na Escola Especial da Penitenciária?

25) Fale um pouco sobre a relação professor-aluno dentro da Escola Especial:

26) Fale um pouco sobre a condição dos materiais disponibilizados para a Escola Especial da Penitenciária:

27) Quais são as maiores dificuldades que a Escola enfrenta?

28) De que maneira a Escola contribui para a ressocialização dos detentos?

As perguntas que englobam o bloco **E** têm como foco os entrevistados, suas ideias, suas concepções, construídas através de experiências vivenciadas.

Aqui se dá uma ênfase maior às pessoas entrevistadas considerando-as como representativas, pelo fato de trazerem uma imagem particular acerca do tema em função de sua exemplaridade.

E. Perguntas que contemplam a opinião do entrevistado:

- 29) Para você qual a importância da Escola dentro da Penitenciária?
- 30) O que você acha de trabalhar em uma Escola Especial dentro da Penitenciária?
- 31) Como você entende as políticas públicas em educação voltadas para estes alunos em privação de liberdade?
- 32) Fale um pouco sobre as características particulares que deve ter o trabalho de professores ao atuarem dentro da Penitenciária – o perfil profissional:

Para finalizar após termos efetuado todas as questões pertinentes ao roteiro, é verificado se há por parte do entrevistado o interesse em falar algo mais que possa ser pertinente às perguntas anteriores, ou até mesmo algo que não tenhamos perguntado, de maneira a completar a linha de pensamento construída pelo entrevistado através das perguntas realizadas. Desta maneira, possibilitando a emergência ou até mesmo a abrangência de outros conteúdos não evidenciados nas questões anteriores, permite-se o surgimento de um discurso falado, desenvolvido livre e espontaneamente (...) “mesmo que essa espontaneidade e esta liberdade sejam relativas, posto que submetidas simultaneamente a pressão, a exploração, induzida pela presença e pela exigência do entrevistador, e à escolha do tema da exploração feita por este último” (...). (MICHELAT, 1987, p. 201). Abordada de modo natural ao perguntar se o entrevistado gostaria de falar algo que não lhe foi perguntado ou fazer algum comentário.

Compreendendo também que as produções verbais desses sujeitos são reveladoras de sua cultura e de particularidades individuais, tentamos através desse último levantamento, obter do entrevistado não só o que ele sabe estritamente sobre o assunto abordado, mas, perceber o que ele pensa e o que sente enquanto pessoa que vivencia diariamente a realidade estudada.

A pesquisa foi realizada em uma Escola Especial de um Complexo Penitenciário, localizado no Estado da Bahia. Esta é uma instituição pública, criada para ofertar o ensino de 1º grau, cuja sua operacionalização é realizada através da Secretaria da Educação e da Secretaria da Justiça Cidadania e Direitos Humanos.

Participaram deste estudo duas pessoas do sexo feminino que trabalham na instituição, com idades de 51 e 54 anos. As entrevistas ocorreram em datas

programadas, conforme a disponibilidade das participantes, realizando-se nos dias 24, 25 e 28 de Janeiro de 2013, em um espaço reservado na instituição e de forma individual.

As mesmas foram gravadas em gravador de voz. A transcrição realizou-se respeitando com fidedignidade o vocabulário utilizado pelas entrevistadas.

As entrevistas foram analisadas através de um processo indutivo, partindo do princípio que busca captar os diferentes significados das experiências vivenciadas por essas pessoas, que podem auxiliar na compreensão do contexto que se encontra inserida a educação em prisões.

Para a análise dessas entrevistas, também foi considerado o contato direto da pesquisadora com a realidade pesquisada, unificada aos pressupostos teóricos de Paulo Freire que norteiam e dão base a esse trabalho. Nesta perspectiva, a análise do conteúdo das entrevistas possibilitará algumas deduções possibilitando uma inferência, baseada na lógica explicitada nas entrevistas e na experiência empírica.

A primeira a ser entrevistada foi a senhora Laura, que tem cinquenta e um anos de idade. Em sua história traz uma formação acadêmica norteada pelos cursos de Secretariado Executivo; Letras; Pós-Graduada em Gestão Escolar da Educação Básica e Pós-Graduada em Educação de Jovens e Adultos.

Segundo ela, essa formação se deve ao fato de já atuar na área educacional, então se tornou fundamental o aperfeiçoamento e a continuidade dos estudos e pesquisas para que fosse possível inovar e melhorar a qualidade do ensino – aprendizagem.

A segunda pessoa a integrar essa pesquisa foi a senhora Patrícia, que tem cinquenta e quatro anos de idade. Em sua história traz uma formação acadêmica norteada pelos cursos de Ciências Sociais – bacharelado e licenciatura, e Pós-Graduação – Educação de Jovens e Adultos e Direitos Humanos.

Segundo a entrevistada, a sua formação se deve a interesses despertados desde a sua infância por questões sociais, políticas, culturais e econômicas da sociedade. Atualmente tem trinta anos de formação acadêmica, e durante essa trajetória atuou também em outras áreas profissionais.

Segundo ela, a sua experiência na educação em projetos na SJCDH contribuiu para a sua atuação na Escola Especial da Penitenciária.

4. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Inicialmente, apresentaremos as entrevistas, a partir da trajetória acadêmica e profissional das entrevistadas. Em seguida, serão apresentadas as análises das duas entrevistas em conjunto, sob os seguintes aspectos: a instituição, a rotina escolar, o cotidiano escolar, as condições de trabalho, as dificuldades encontradas, as concepções que as entrevistadas trazem da escola e como percebem essa experiência. Através das entrevistas, buscamos conhecer a escola dentro do sistema prisional, sua funcionabilidade e suas principais características, para compreendermos suas dificuldades e problemas permitindo uma definição da sua condição na realidade instaurada e o papel que desempenha no presente.

4.1 TRAJETÓRIA ACADEMICA E PROFISSIONAL DAS ENTREVISTADAS

4.1.1 TRAJETÓRIA ACADÊMICA

Em sua trajetória acadêmica, Laura apresenta duas graduações, a primeira no curso de Secretariado Executivo e a segunda no curso de Letras. Expressando a busca por uma qualificação, e esta pode ser incentivada e exercida no próprio ambiente de trabalho, ou seja, no ambiente profissional e que também pode influenciar na vida pessoal. E dentro desse contexto encontramos na fala da entrevistada a necessidade de dar continuidade em seus estudos;

Por questão de trabalhar na área educacional é fundamental o aperfeiçoamento e continuidade de estudos (...). A qualificação profissional nos dá oportunidade e abertura para novos processos e relações no sentido de valorização do ser humano, (...) transformado para melhor.

Este aperfeiçoamento se concretizou no formato de duas Pós-graduações na área educacional: Gestão Escolar da Educação Básica e Educação de Jovens e Adultos. Esta pode ser uma possibilidade de aprimorar algumas habilidades e

possivelmente influenciar positivamente nas atividades que já são desenvolvidas dentro do ambiente voltado a realizar a educação prisional.

Mas, dentro dessa esfera da trajetória acadêmica também encontramos aspectos que denotam em alguns casos a falta de interesse por parte dos próprios profissionais da área, influenciando diretamente no desenvolvimento dos trabalhos educativos. (...) mas infelizmente existem profissionais que se acomodam, não querem se aperfeiçoar de forma que fica bem complexo de maneira que a aula se torna cansativa. (Laura). Percebemos então, uma crítica direcionada aos colegas da área educacional e que atuam dentro de um complexo presidiário. A entrevistada também faz uma crítica ao sistema, no papel de alguns setores do governo que deveriam abordar a educação em prisões.

(...) nem o plano estadual de educação contemplava educação em prisões, ele teve que ser retornado de Brasília para Salvador para que pudesse ser contemplada essa parte de educação em prisões, então há muito tempo que você observe que a escola foi criada em 1991, isso quer dizer o quê? Que os alunos não tinha antes uma educação formal. (Laura).

Conceber que a educação voltada para o sistema prisional era negligenciada por parte dos setores e secretarias educacionais responsáveis, denota uma carência no que concerne à assistência que também deveria ser prestada aos educadores, que atuam dentro das prisões mesmo que estes sejam todos portadores de diploma da graduação. Essa assistência poderia ser inicializada através de cursos e oficinas com a temática da educação em prisões, proporcionando aos educadores e aos estudantes da graduação o acesso a informações concernentes à atuação do professor em espaços de privação da liberdade.

A nossa segunda entrevistada foi a senhora Patrícia, atual diretora da escola do complexo presidiário. Tendo em sua formação a graduação em Ciências Sociais bacharelado e licenciatura, com Pós Graduação nas áreas de Educação de Jovens e Adultos e Direitos Humanos. Tendo um total de 30 anos de formação acadêmica.

Sabemos que vários fatores podem influenciar na escolha da área profissional para atuação, não sendo diferente com a nossa entrevistada que relata: “despertou desde a infância sobre as questões sociais, políticas, culturais e econômicas da sociedade” ponto de partida para a sua escolha profissional.

Em sua trajetória da graduação às duas especializações denota uma formação que busca ultrapassar as meras competências para o atendimento do mercado de trabalho, de maneira que propende para uma perspectiva da formação humana. Inserindo-se diretamente no contexto do desenvolvimento de seu atual trabalho dentro do complexo presidiário, trabalhando com pessoas que a própria sociedade caracteriza como indesejáveis.

4.1.2 *TRAJETÓRIA PROFISSIONAL*

Laura antes de trabalhar no meio educacional atuou durante dez anos, em instituição bancária. Já no meio educacional trabalhou em uma Escola Estadual na cidade de Salvador, e foi nesta mesma escola que recebeu o convite para trabalhar com educação em prisões. Iniciando no Complexo Presidiário na unidade da Escola da Penitenciária no ano de 2009, lecionando para o conjunto penal feminino e para o presídio Salvador. No ano de 2011, chega ao cargo de vice-diretora atuando durante os períodos vespertino e noturno e durante o período matutino leciona em sala de aula também no Complexo Presidiário.

É uma experiência diferenciada de todas as anteriores, por trabalhar com educação em prisões e que na verdade ainda não existe um planejamento nacional e educacional para tal modalidade que é a educação em prisões. Eu não conhecia então me encantei de início e não hesitei em aceitar o convite. (Laura)

Laura cita algo muito importante sobre a experiência ser diferenciada das por ela vivenciada em outros estabelecimentos, por se tratar de um ambiente de privação de liberdade. Então se percebe que é um ambiente educacional diferenciado e mesmo tendo a experiência na área educacional sente a falta de um planejamento a nível nacional para nortear os trabalhos desenvolvidos dentro da instituição prisional.

Dentro da trajetória profissional da nossa segunda entrevistada, são perceptíveis mudanças que lhe possibilitaram diversas experiências, através das atividades desenvolvidas tais, como a atuação como bancária em um período de dez anos. Já como socióloga, teve a oportunidade de trabalhar em uma ONG em um período de quatro anos, em que foi possível desenvolver diversos trabalhos inclusive atividades pedagógicas voltadas para a área de saúde. Há vinte e dois anos exerce

e desenvolve atividades na área de educação, através da docência e da gestão escolar, atuando também através da Secretaria de Justiça, Cidadania e Desenvolvimento Humano, possibilitando que conhecesse a escola do complexo presidiário de Salvador.

Através do trabalho por ela desenvolvido enquanto ocupava a coordenação da Secretaria de Justiça, surgiu a oportunidade de elaborar projetos voltados ao atendimento dos apenados, o que, conseqüentemente, demandava visitas às unidades prisionais, o que de certa maneira contribuiu positivamente para que a entrevistada tivesse uma maior interação dos aspectos da educação em prisões, levando-a a participar dos seminários que elaboraram e deram origem às Diretrizes de Educação em Prisões.

No período de vinte e dois anos de atuação na área educacional, oito foram dedicados e voltados ao trabalho de vice direção e direção escolar, cargo que atualmente desenvolve no papel de gestora da escola do Complexo Presidiário.

Iniciei na escola em 2009 e não tinha experiência com a educação de jovens e adultos. Atualmente estou na gestão, mas com experiência em educação em projetos na SJCDH contribui para desenvolver atividades nesta área, iniciando estudos específicos neste espaço: especialização em EJA, seminários e propostas de pesquisa/mestrado (2013). (Patrícia)

Mesmo com uma longa experiência na área educacional, a entrevistada ainda não havia trabalhado com a Educação de Jovens e Adultos em contexto de privação de liberdade, evidenciando a importância da trajetória profissional na contribuição para o desenvolvimento das atividades da escola dentro do cárcere. Então é através das experiências significativas que se propõe a enfrentar os novos desafios de uma educação ministrada dentro de um complexo presidiário.

4.2 A INSTITUIÇÃO

A partir dos aspectos sobre a instituição analisaremos as duas entrevistas em conjunto. A escola foi criada no ano de 1991, funcionando a vinte e dois anos, dentro de um complexo presidiário subdividido em dez unidades prisionais, dentre elas duas dessas unidades não estão situadas dentro do complexo presidiário ficando

localizadas em outros bairros da cidade, mas todas as unidades estão subordinadas à administração do complexo.

O complexo presidiário por sua vez é administrado pela secretaria de administração penitenciária e a escola é administrada pela secretaria de educação do estado. Existindo entre estas duas secretarias uma parceria em que ambas devem procurar interagir e trabalhar, cada uma dentro de suas funções.

Desta maneira, a escola, que foi criada por um projeto do governo do estado e da secretaria de educação, presta atendimento a todas as unidades prisionais que são administradas pelo complexo. Sendo todas elas munidas de salas de aula. Inicialmente ofertava-se o curso de aceleração para a alfabetização de adultos e atualmente atende ao grupo da EJA (Educação de Jovens e Adultos) e ao ensino médio, com cerca de mil e cem alunos distribuídos entre as unidades prisionais. A instituição possui um projeto político pedagógico que se baseia nas concepções do educador Paulo Freire utilizando como método de trabalho a pesquisa-ação.

Contabilizando a escola existe há 22 anos em uma das sedes do complexo presidiário, sendo dotada de salas de aulas dentro dos módulos, local em que se localizam os detentos. Atendendo aos alunos que se encontram distribuídos nas unidades prisionais, contemplando aos tempos formativos 1º e 2º que correspondem ao Ensino Fundamental e o 3º correspondendo ao Ensino Médio. A cada tempo formativo existem os eixos correspondentes que estão estabelecidos entre I ao VII que são áreas de conhecimentos a serem trabalhados com os alunos.

[...] iniciamos um processo de trabalho de planejamento que pudesse levar para a sala de aula algo que motivasse esses alunos então inicialmente com projetos, fazendo trabalho de pesquisa até mesmo porque no próprio currículo da EJA têm que ser trabalhado eixos temáticos por cada série, por cada tempo formativo e daí veio a nossa preocupação de cada bimestre trabalharmos com projetos e pesquisas. (Laura).

A partir dos eixos temáticos é possível desenvolver diversos projetos, possibilitando a escolha de um tema gerador e a partir deste se desenvolvem sub temas que ficam a caráter da escolha do professor e dos próprios alunos, propiciando maior envolvimento dos educandos a partir do momento da escolha do tema e no desenvolvimento dos trabalhos, permitindo aos internos uma interação e até mesmo uma motivação para a concretude dos projetos. Então, esta se configura como uma forma positiva para o desenvolvimento das atividades educativas,

propiciando aos educandos uma maior interatividade com os trabalhos desenvolvidos por se configurar em algo do próprio interesse dos estudantes.

A escola possui um Projeto Político Pedagógico, cuja proposta se baseia na educação popular de jovens e adultos, seguindo a linha do teórico e educador Paulo Freire com a educação libertadora, além de estar totalmente embasada nos instrumentos legais. A escola também segue a grade curricular que já é pré-definida pela secretaria de educação.

Esta Escola Especial da Penitenciária é a única aqui dentro do Estado que se localiza dentro do presídio, todas as demais como Feira de Santana, Serrinha, Juazeiro, Itabuna, Teixeira de Freitas e todas as que ofertam tem a parceria geralmente, com as escolas da rede estadual, mas também tem municipal, não sei como é feito o contrato, mas existe um termo de cooperação técnica, onde se fornece a mão de obra que seria o professor, o material, a merenda, livros, mas não tem uma escola específica dentro do presídio. (Patrícia).

Então dentro do Estado está é a única escola localizada no interior de uma instituição prisional, caracterizando ser detentora de particularidades que podem influenciar nas atividades que deveriam ser comuns a qualquer instituição educacional, pois lida diretamente com a instituição prisional, faz parte dela e não apenas presta um serviço. Neste contexto esta escola presente no cárcere deveria demandar uma atenção maior por parte dos poderes públicos.

4.2.1 ROTINA ESCOLAR

Dentro da rotina desta escola que funciona dentro de um Complexo Presidiário, têm-se as mesmas obrigações das escolas que se encontram distribuídas pelo Estado da Bahia, e que são voltadas a EJA. Nesta modalidade de ensino, o currículo é planejado para trabalhar com eixos temáticos, para cada tempo formativo, possibilitando a utilização de temas geradores e subtemas, em que serão desenvolvidos os trabalhos que integrarão os planos de aula.

A escola possui o projeto político pedagógico, tem o cumprimento de uma carga horária para as aulas, é feito o controle da frequência dos alunos, o professor

trabalha com o livro didático junto aos seus alunos. Desta maneira percebemos que a rotina escolar transcorre em conformidade com as demais escolas em termos de organização curricular.

Mas, em outros aspectos a rotina desta escola é diferenciada das demais escolas da rede, pois, funciona em um regime especial. O dia-a-dia do complexo presidiário influencia diretamente na rotina da escola, inclusive em seu funcionamento. A sede da escola com o horário de funcionamento das 07:30 às 17:00 horas, mas os professores apenas adentram nos módulos, onde se localizam os presos, para ministrarem as aulas a partir das 08:30 até às 11:00 horas matutino e das 13:00 às 15:30 horas vespertino contabilizando uma carga horaria de duas horas e meia, por dia em cada turno.

A carga horária e o horário de início das aulas está diretamente ligada ao funcionamento do presídio, que tem estabelecido em sua rotina horários para abertura e fechamento das selas bem como os horários para as devidas refeições. Estes horários deveriam ser seguidos rigorosamente.

Nesta escola, como em qualquer outra escola, deve ser feito o acompanhamento da frequência dos alunos às aulas, mas aqui são utilizadas a caderneta formal usada pelo segmento da EJA, além desta existe também o sinale, que é um controle que deve ser enviado para a secretaria de administração penitenciária, e as duas formas de controle da frequência devem estar em plena conformidade uma com a outra.

Por se tratar de uma escola formal, também tem uma proposta curricular que deve ser seguida e o planejamento feito pelos professores. Os planejamentos geralmente são elaborados nos dias de visitas dos presos, pois nestes dias eles não podem ter aula por conta da visita. Então é neste dia que os professores se reúnem com a equipe gestora, pois a escola não tem coordenador pedagógico com a formação específica para a função. Ficando sob a responsabilidade da equipe gestora a organização pedagógica.

4.2.2 COTIDIANO ESCOLAR

Tentar perceber o dia-a-dia de uma instituição é uma tarefa um pouco complicada, pois a partir da vivência percebe-se alterações que demonstram

diversas diferenças entre a realidade vivenciada em uma escola situada em um complexo presidiário, para uma escola da rede situada fora dos muros da prisão e em qualquer bairro desta cidade.

No dia-a-dia sabemos que muitas vezes não é tarefa fácil seguir uma rotina estabelecida, esta mesma relação também se apresenta dentro de um complexo presidiário, e que acontecem situações que fogem à rotina estabelecida. Esta dificuldade pode ser explicitada no cumprimento da carga horária para as aulas, que já se trata de um tempo reduzido, podendo ser ainda menor ou não acontecer, devido a atrasos na rotina dos módulos impossibilitando a entrada dos professores em sala de aula.

No Complexo Presidiário existe um prédio em que fica localizada a sede administrativa da escola que corresponde à diretoria, a secretaria, sala dos professores, o depósito e o local de preparo das merendas. Essa sede funciona das 07:30 às 17:00 e é neste local que são elaborados os planejamentos para as aulas.

As aulas são realizadas nos próprios módulos, local em que ficam localizadas as selas dos detentos. Essas aulas acontecem nos períodos matutino e vespertino, e apenas na unidade prisional do Albergado que é voltada ao atendimento dos internos do regime semiaberto é que as aulas acontecem no período noturno das 17:30 às 19:00 horas.

O controle da frequência dos alunos é acompanhado pela secretaria da administração penitenciária, através de um documento chamado de sinale e que tem características próprias, como uma legenda indicativa da real situação do aluno, tais como ausência, presença, alvará de soltura, transferência e motim. Além desta, existe também a frequência padrão da secretaria de educação do estado que são os diários do tempo formativo e ambos devem ser preenchidos e acompanhados.

Sabe-se que os alunos que frequentam esta escola especificamente, não estão aqui porque querem, mas, para pagarem por algum delito cometido. Neste momento voltamos o nosso olhar para os professores que trabalham diretamente com estes alunos. Então se percebe que os professores trabalham voltados para a questão do ensino aprendizagem na área educacional.

Neste mesmo consenso chegamos aos professores que devem se respaldar e tomar sempre cuidado na questão do como se vestir, do como falar, no que se deve levar ou no que não se deve levar para as celas de aula. Deixando claro que no dia-

a-dia tudo exige o máximo de cuidado para que não se venham a criar problemas para nenhuma das instituições e nem para si mesmo.

Esse ponto merece uma ênfase na questão dos materiais que são utilizados pelos alunos, como a tesoura, que mesmo sem ponta, deve se ter o máximo de cuidado e de controle, levando-se a menor quantidade possível para que se tenha um controle na hora de recolher essas tesouras das mãos dos alunos não esquecendo nenhuma delas.

Outro ponto importante seria a postura adotada pelos professores, pois na vivência do dia-a-dia dentro desta instituição deve se adquirir a paciência, a tolerância, o saber ouvir e a discrição, porque nem tudo que se vê e ouve deve ser colocado, verificando-se que no cotidiano da instituição a discrição é muito importante.

4.2.3 CONDIÇÕES DE TRABALHO

As aulas acontecem dentro dos próprios módulos, em celas que são improvisadas como salas de aula, configurando-se em um ambiente pequeno e com algumas restrições em termos de equipamentos e manutenção.

Quanto à utilização de materiais como papel ofício, cartolina, papel crepom, tintas, pincel, tesoura, revistas, dentre outros, existe uma disponibilidade, mas é necessário que o professor solicite com antecedência à diretora ou à vice-diretora. E esses materiais devem estar devidamente especificados dentro do planejamento e no plano de aula, informando qual será a finalidade da utilização do material solicitado.

As salas de aulas também são equipadas com a TV digital com acesso a entrada de pendrive, e existe também o aparelho de DVD que fica na sede da escola e pode ser solicitado para uso durante as aulas.

Além desses materiais e equipamentos é possível contar com o auxílio do livro didático, do caderno e do lápis, materiais que são disponibilizados para todos os alunos e o professor também pode utilizar em suas atividades textos xerografados.

Vale ressaltar que as condições de trabalho não se resumem única e exclusivamente aos materiais que são disponibilizados para trabalhar. Deve-se pensar também nas condições do ambiente físico em que são realizadas as aulas.

Problemas como a falta de iluminação, a má ventilação do local, a falta de higiene e o mobiliário em péssimas condições são aspectos que devem ser considerados para uma melhor efetivação das aulas.

Sabemos que Paulo Freire nos traz que a educação pode ser ministrada até mesmo embaixo de uma árvore. Não é simplesmente o espaço da sala de aula que nós e que a sociedade determinou, que a aula tivesse que acontecer ali naquele espaço fechado. Os gregos faziam a educação em lugares abertos, mas aí você vê os seguintes espaços que não são adequados, espaços que são improvisados, mas, contudo, nesses espaços improvisados, temos que ver o direito do preso de educar, mas também o direito do profissional ter uma condição adequada de trabalho, mínima de trabalho. Nessa condição ainda conseguimos fazer alguma coisa. (Patrícia).

Ao se falar das condições de trabalho, as entrevistadas apresentam uma cautela, até mesmo por estar à frente da escola como gestoras. Não que isso venha a comprometê-las, ao contrário, demonstra o grau de empenho e compromisso das entrevistadas para com a escola. Enfatizando que a estrutura é precária, que as salas de aula são em espaços improvisados dentro dos próprios módulos, o chão das salas em muitos dos casos são apenas pintados porque não é em todos os casos que se pode colocar cerâmica no piso por ser um material cortante podendo também ser utilizado como uma arma.

Mesmo sendo salas improvisadas, todas possuem o quadro e algumas carteiras para os alunos, além dos materiais que já foram acima citados, vale ressaltar que dentre esses existem alguns que se encontram em péssimo estado de conservação. Por conta da falta de higiene do local em que são ministradas as aulas, surgem ratas que também adentram a sala de aula. E mesmo com tais condições, ainda é possível se concretizar a realização das práticas educativas?

4.2.4 AS DIFICULDADES ENCONTRADAS

As dificuldades podem surgir como parte ou fonte de outros problemas que necessitam ser solucionados. Adentramos nesse aspecto falando dos professores quando tendem a serem faltosos, dificultam muito o desenvolvimento dos trabalhos, chegando a provocar desânimo e desestimulando os alunos.

Nesta questão também adentramos na maneira como alguns professores trabalham. Mesmo existindo uma orientação teórica por parte da escola, não é

possível garantir a qualidade da maneira como os professores ministram suas aulas. Outro ponto importante a ser ressaltado é a falta de capacitação e especialização para os professores.

Encontramos também nas falas das entrevistadas as dificuldades para incentivar que os alunos percebam a importância da educação, então por falta desta percepção acabam por optarem em fazer algum tipo de oficina que lhes possibilita o direito da remissão da pena e alguma remuneração, apresentando-se de maneira mais vantajosa que frequentar a escola.

(...) um horário reduzido por eles terem outras atividades, e a questão também dessa política de ter outras atividades como as laborativas, trabalho junto com atividade educacional, que cria o embate, o culto religioso, então isso dificulta um pouco a questão mesmo da dinâmica da organização do trabalho (...). (Laura).

A questão do horário das aulas que é reduzido por motivo dos alunos detentos terem outras atividades dentro da rotina de funcionamento do próprio módulo. Existe também a questão dos cultos religiosos que acabam por atrapalhar em alguns momentos a organização das aulas, por serem presididos justamente no horário das aulas, sendo que muitos dos alunos que frequentam a escola são os mesmos que frequentam o culto religioso, forçando o aluno a escolher de qual atividade participar.

Outro ponto também levantado pelas entrevistadas seria a questão da segurança, devido às salas de aulas estarem situadas dentro dos módulos, no mesmo ambiente em que se localizam as selas, o pátio para o banho de sol, a rampa para as refeições. Este é um ambiente que muitas vezes pode assustar pelo seu aspecto e que pode levar a uma insegurança para o profissional que está ali atuando.

(...) a segurança que muitas vezes podem entrar dois professores outras vezes só é permitida a entrada de um nos espaços, outro ponto também é os espaços que são trabalhados. No Presídio os alunos saem do pátio e vão para as salas de aula, por exemplo, aqui na Penitenciária nós entramos nos espaços, perceba que é bem diferente. No Conjunto feminino é a mesma coisa, no hospital apesar de ser um manicômio, eles ficam muitos livres, e a sala de aula é aberta para quem quiser entrar (...). (Patrícia).

Devido às salas serem dentro dos módulos, propicia a suspensão das aulas em casos de possível insegurança, tais como motins, rebeliões e possíveis instabilidades na conduta dos internos.

A suspensão das aulas também pode ocorrer devido a atrasos na rotina dos módulos, como o horário para a abertura das selas e o cumprimento do horário para as refeições, ou até mesmo no caso de uma transferência de um preso de um módulo para outro.

4.2.5 AS CONCEPÇÕES QUE ELAS TRAZEM DA ESCOLA

A escola tem uma importância fundamental para dar significado a tudo e ao conhecimento prévio que os alunos trazem, levando-os a valorizar a pessoa e a dignidade humana, todos nos erramos, mas, não podemos persistir no erro.

Este indivíduo está ali tem a oportunidade que, aliás, lhe foi negada essa oportunidade fora desse espaço aqui dentro nós não podemos negar. Vejo isso como um fator positivo da escola não cecear o direito desse aluno estudar, a escola ofertam as vagas e eles se matriculam. (Laura)

A escola dentro de suas reais possibilidades se faz presente dentro do complexo presidiário e está de portas abertas para todos aqueles que se encontram inseridos naquele espaço, e que queiram estudar, não fazendo distinção alguma. Independente da situação ou do crime que cometeu tem o direito e o acesso à educação.

Outro ponto abordado seria a questão do nome da escola, que está completamente relacionado ao nome do complexo presidiário, o que, para alguns, pode ser um fator representativo de um estigma. A escola não pode e não deve ser estigmatizante e com esse propósito busca uma aprovação para que haja a alteração do nome da escola.

A escola apresenta-se como um caminho para a reintegração social do apenado, pois a partir dela o detento tem a possibilidade de novos caminhos a serem seguidos com base em uma reflexão do seu cotidiano influenciado pela escola. Mas, não é a escolha pela escola que única e exclusivamente resolverá todos os problemas. Entendemos que existem questões maiores, que são políticas,

sociais, desta maneira a escola não deve se sentir impotente frente à questão da criminalidade e da violência. Mas, a escola deve contribuir de maneira positiva para a vida das pessoas estejam elas privadas ou não de sua liberdade.

Em relação a matrícula nós não determinamos quais alunos podem se inscrever, há uma liberdade de escolha por parte deles já que se trata de um direito, eles não são obrigados a estudar. Eu já ouvi relatos de alguns lugares que só escolhem aqueles que estão trabalhando que tem um bom comportamento e sempre tem oportunidades, mas se a educação em contexto geral é para todos, aqui nesse espaço também tem que se considerar que ela seja para todos independente do crime que cometeu independente da situação. (Patrícia).

O fato de não haver requisitos prévios para que os detentos se matriculem é um fator muito importante, pois a escola não pode estigmatizar o aluno. E todos devem ter o direito de acesso à educação. Deve-se também levar em consideração o interesse do detento em querer se matricular na escola, demonstrando também a busca por algo novo, que pode possibilitar descobertas para um novo caminho.

4.2.6 COMO AS ENTREVISTADAS PERCEBEM ESSA EXPERIÊNCIA

Através das falas das entrevistadas fica claro que se trata de uma experiência gratificante e ao mesmo tempo um desafio, pois percebem através do desenvolvimento dos trabalhos uma oportunidade de mudar a concepção de outras pessoas que não convivem nesse contexto. É uma maneira de também contribuir para uma educação que o Brasil necessita. Essa experiência também pode ser classificada como algo único que se diferencia das demais experiências tidas anteriormente em outras instituições.

(...) nós aprendemos com eles a cada vivência a gente cresce com eles em conhecimento, em experiência. A cada aula é um renascimento, a gente renova, dá um significado maior não só pra eles, para mim também como professora, que enriquece a minha forma de ser, de pensar e de explorar cada vez mais. (Laura)

Nesse contexto, a experiência se torna algo produtivo para o educador e para o educando, a partir do desenvolvimento de trabalhos dentro de um ambiente de

privação de liberdade, reforçando nas educadoras o papel social que deve desenvolver a educação. Pois, ao perceber que as cadeias se encontram superlotadas, denota que tem algo de errado do lado de fora dos presídios.

Possibilitando-a chegar a fazer uma reflexão, uma leitura de mundo, da sociedade e do próprio ser humano, levando-a a descobrir quais são os seus próprios limites e quais são os limites do outro.

eu vejo que eles valorizam muito, vejo uma relação de respeito. Lá fora eu, com a experiência de professora e de gestora dos colégios da rede fora da prisão, sinceramente eu me surpreendi com isso. É uma relação de respeito. (Patrícia)

Com base nas entrevistas, foi possível obter, a partir de dados particulares na fala das entrevistadas, uma visão focada na realidade do fenômeno estudado, sobre o papel da escola dentro de um Complexo Presidiário, possibilitando inferir a realidade da prática escolar na penitenciária.

Esta é uma escola que deveria ser classificada como qualquer outra escola se não fosse pelo fato de estar situada dentro de um complexo presidiário e de suas aulas serem ministradas única e exclusivamente para os que se encontram em privação de liberdade. Além de diversos fatores que podem vir a modificar o dia-a-dia da vivência escolar.

Tomamos ciência que esta é uma escola especial que funciona em um caráter e um regime especial na busca e na tentativa de possibilitar o conhecimento mediatizado e a educação formal para aqueles privados de sua liberdade. Esta também é uma escola que pode possibilitar o acesso a uma reinserção social.

4.3 COMPREENDENDO A ANÁLISE

Esta análise buscou possibilitar uma compreensão da realidade da escola que se encontra inserida dentro de um complexo presidiário, perceber algumas de suas reais dificuldades e pensar em possíveis meios que possam viabilizar a concretude de uma educação com a finalidade de atender as necessidades de seres humanos

na concretude de uma vida mais digna e de acesso a seus direitos e deveres de forma consciente, contribuindo para um bem próprio e de toda uma sociedade.

Mas, este trabalho se torna ainda mais significativo por possibilitar o acesso e a intermediação de uma pesquisa empírica, permitindo que no processo de construção do trabalho pudéssemos vivenciar o cotidiano da instituição inicialmente através das visitas à escola, que vieram a se transformar em prestação de serviço temporário, em que eram desenvolvidas atividades educacionais junto aos detentos. Isso possibilitou uma familiaridade de muitos dos aspectos explicitados pelas entrevistadas em suas falas, gerando uma maior compreensão dos fatos e das necessidades mencionadas nas entrevistas.

Desta maneira é possível inferir que, neste processo, foi possível acentuar os cinco sentidos no desenvolvimento dos trabalhos nesta instituição, perder alguns medos e acabar com numerosos preconceitos em relação aos apenados. Neste ambiente, acaba-se por se desenvolver os sentidos como meio de uma possível atuação para a realização das atividades, pois temos que utilizá-los a todo instante, como uma percepção mais aguçada da realidade que nos cerca, pois nem tudo nos é transmitido através da fala, ou seja, nem tudo nos é dito e nem tudo podemos transmitir.

Sabemos que nem todos comungam das mesmas ideias, e que muitos dos que trabalham com os apenados acreditam que esses não tenham direito a mais nada e isto influencia diretamente nas relações ali vivenciadas. Essas opiniões também fazem parte do cotidiano escolar e que podem interferir diretamente na relação professor aluno no contexto educacional.

Neste momento também se acentuam os medos que podem ser oriundos dos preconceitos enraizados da própria sociedade atrofiando qualquer relação de confiança que possa existir entre professor e aluno, pois sabemos que a educação tem um sentido e, se não acreditamos nele, como podemos mediatiza-los para outras pessoas?

O preconceito, que é fruto do desconhecimento, da intolerância, também se faz presente dentro do ambiente educacional do cárcere, concebendo-se como mais uma barreira a ser vencida em prol de uma educação digna. Configurando-se em um paradigma, um modelo a ser quebrado.

No decorrer das entrevistas, percebemos concordâncias nas falas apresentadas, demonstrando uma coesão nas ideias das entrevistadas e reafirmando a realidade ali instaurada.

No contexto do que nos é apresentado nas entrevistas, também fica perceptível dentro das dificuldades apresentadas uma falta de comunicação entre algumas das secretarias que se encontram presentes dentro do complexo presidiário, e que são responsáveis por ministrar cursos e oficinas, já que ambos utilizam o mesmo espaço que a escola para ministrarem suas aulas.

Além destas questões, a escola que se encontra dentro do sistema prisional também tem problemas usuais como qualquer outra escola da rede, passando por problemas que são referentes de uma escola que funciona no cárcere, tais como a interrupção do ano letivo, motins, rebeliões, revistas das celas, burocratização das atividades pedagógicas.

Todas essas questões nos levam a refletir do como é difícil desenvolver atividades em uma escola inserida no cárcere, e perceber que as duas entrevistadas são altamente comprometidas com a instituição, buscando sempre alcançar novas metas em prol de melhorias para a escola, tais como a mudança do nome da escola que é vinculada ao complexo presidiário levando ha possíveis discriminação para com os egressos do sistema penal, a busca pelo acesso dos educandos ao salvador card, a disponibilização de um novo horário para as aulas junto à administração do complexo.

Estes são apenas alguns dos aspectos que denotam o empenho das entrevistadas para conseguirem, junto com a sua equipe, desenvolverem um trabalho com qualidade para os apenados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que a escola tem um papel fundamental na formação do sujeito. E pensar em uma educação que seja voltada para aqueles que se encontram em privação de liberdade não é algo fácil, devido à interferência do ambiente da prisão, local que foi criado para punir os indivíduos, e também pela influência da própria sociedade, que cria estereótipos para representar as pessoas que se encontram privadas de sua liberdade.

A escola se encontra presente dentro do sistema penitenciário como um cumprimento da lei, que estabelece o acesso à educação para os apenados. Mas estar garantido na lei não significa que funcione na prática e que venha a dar certo.

As leis existentes precisam ser viabilizadas na prática. Através de um olhar crítico sobre a realidade instaurada, pode se perceber o que realmente necessita ser modificado, como a criação de parcerias entre a administração do complexo presidiário e a escola, pois mesmo a escola estando inserida dentro do complexo penal não existe uma plena colaboração por parte dos outros setores. Compreendemos que o processo educativo eleva-se acima da formalidade escolar, e que a educação tem em suas finalidades o desenvolvimento da aprendizagem e a formação indispensável para o desenvolvimento da cidadania, além de propiciar a compreensão para com as relações do mundo do trabalho.

Trabalhamos com seres humanos e para seres humanos, e como tal somos dotados de sentimentos que podem provocar diversas reações em diferentes pessoas. Um professor que não recebe preparação ou capacitação, que não tem um acompanhamento adequado para trabalhar dentro de um sistema prisional pode deparar-se com seus próprios sentimentos, seus preconceitos, seus medos e receios e com a própria desconfiança no alunado interferindo diretamente no desenvolvimento de seus trabalhos. Nos é explicitado que as pessoas em regime de privação da liberdade dentro de um complexo presidiário, estão ali para pagar por um delito cometido e não sabemos qual a natureza desses delitos, isso pode levar o professor a criar estereótipos dos alunos.

Então faz-se necessário que os profissionais que venham atuar nesta área educacional tenham em sua formação algo direcionado para esta atuação, além de passar por qualificações e processos de aperfeiçoamento. Mas, estes não são os

únicos aspectos que merecem atenção, pois sabemos que a educação se faz embasada em um conjunto de fatores, e estes não devem ser negligenciados. Aspectos como a estrutura escolar que, em relação ao complexo presidiário é composta por salas de aula improvisadas em celas, geralmente com pouca ventilação, mal iluminadas e com o mobiliário em péssimas condições, além da carga horária das aulas que é reduzida devido à rotina do próprio presídio podendo influenciar diretamente no desenvolvimento das atividades educativas.

Mas, a qualificação para o desenvolvimento das atividades com os apenados não deve estar voltada apenas aos educadores, mas também a todos os profissionais que atuam dentro do sistema prisional, para que a educação tenha em seu papel, a possibilidade de levar homens e mulheres à formação de uma consciência crítica e reflexiva, e não apenas à instrução de técnicas para o trabalho. Para que, desta forma, quando em liberdade o egresso do sistema penal tenha acesso a uma nova perspectiva de vida.

Em nossa sociedade concebemos a educação como algo importante, mas tendemos em muitos momentos em não valorizá-la. Dentro do contexto prisional existem aspectos que chamam a atenção, como o fato dos detentos optarem pelo acesso a escola, sabemos que com isso eles têm o direito à remissão da pena, mas existem outras atividades que envolvem além do indulto de remir a pena uma remuneração. Mas, também compreendemos que dentro do contexto prisional ninguém é obrigado a estudar, então se faz necessário identificar as expectativas desse alunado, para que se possibilite concretizá-las dentro dos temas geradores, abordados pela escola em seus projetos pedagógicos, possibilitando uma maior apreciação por parte dos alunos e uma mediatização dos conhecimentos.

A escola dentro do sistema prisional se caracteriza como a concretização de um direito e deve propiciar aos apenados o acesso a todas as informações que possam conduzir a uma reflexão da realidade, mediada pelos assuntos abordados em sala de aula, seja nos temas geradores ou nos projetos, levando os alunos a desenvolverem uma consciência crítica que venha a influenciar no desenvolvimento de sua cidadania.

Mesmo em um ambiente que se apresenta com características desfavoráveis ao processo educativo encontramos razões para que venha a ser a educação a

fazer a diferença. Através do ato de educar pode-se produzir no outro a motivação necessária para o desenvolvimento pessoal.

Nelson Mandela em uma de suas frases que percorreram o mundo nos diz que “a educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo”. Então assumamos essa frase não como algo utópico, mas como um ponto de partida para o alcance das coisas que almejamos. Busquemos a educação porque ela sempre poderá alguma coisa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

CARREIRA, Denise. **Relatório Nacional para o Direito Humano à Educação: educação nas prisões brasileiras**. São Paulo: Plataforma DhESCA Brasil, 2009.

Declaração Universal dos Direitos Humanos – 2000. Disponível em: <http://unicrio.org.br/img/Dec1U D HumanosVersoInternet.pdf> Acesso em jul. 2013.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. Tradução Kátia de Mello e Silva. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

_____. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. **Política e educação: ensaios**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

GADOTTI, Moacir. Educação como processo de reabilitação: *In*: MAIDA, J. D. (Org.). **Presídios e educação**. São Paulo: FUNAP, 1993.

GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, G. (Org.). **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. 4. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

LOURENÇO, A. S.; Onofre, E. M. C. (Org.). **O espaço da prisão e suas práticas educativas: enfoques e perspectivas contemporâneas**. São Carlos: UFSCar, 2011.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

OLIVEIRA, Cristiano Lessa. **Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características**. Revista Travessias, 2008.

ONOFRE, E. M. C. (Org.). **Educação escolar entre as grades**. São Carlos: UFSCar, 2007.

Regras Mínimas para o Tratamento dos Reclusos – 1955. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direitos-Humanos-na-Administra%C3%A7%C3%A3o-da-Justi%C3%A7a.-Prote%C3%A7%C3%A3o-dos-Prisioneiros-e-Detidos.-Prote%C3%A7%C3%A3o-contra-a-Tortura-Maus-tratos-e-Desaparecimento/regras-minimas-para-o-tratamento-dos-reclusos.html>. Acesso em mar. 2013.

ROMAN, M. D. **Psicologia e adolescência encarcerada: a dimensão educativa de uma atuação em meio à barbárie**. 2007. 285 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

THIOLLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. In: 5. ed. São Paulo: Polis, 1987.

UNESCO. **Educando para a liberdade**: trajetórias, debates e proposições de um projeto para a educação nas prisões brasileiras. Brasília, DF: UNESCO, 2006.

_____. **Estratégia a prazo médio para 2008-2013**. Paris: UNESCO, 2007.

XAVIER, Antônio Roberto. **Segurança Pública**: do projeto “Ceará seguro (1999-2002)” ao projeto “Ceará segurança pública moderna (2003-2006)”. 2008. 225 f. Dissertação de Mestrado Acadêmico (Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Sociedade). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008.

APÊNDICES

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pelo presente instrumento, que atende às exigências legais, o (a) senhor(a) _____, colaborador da pesquisa, ciente de que sua participação envolve o procedimento de uma entrevista, que essa será gravada, transcrita e anexada se assim você permitir, e que tem a duração aproximada de uma hora. Firma seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO, de concordância em participar da pesquisa intitulada **O papel da escola dentro da penitenciária: discurso oficial e desafios práticos**, realizada por Janete Silva da Cunha, estudante de graduação da Universidade Federal da Bahia sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Lygia de Sousa Viégas da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia.

Fica claro que a qualquer momento poderá retirar seu Consentimento Livre e Esclarecido e deixar de participar do estudo alvo da pesquisa e fica ciente que todo trabalho realizado torna-se informação confidencial, guardada por força do sigilo profissional.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

(Local) _____ **(data)** _____

Assinatura do colaborador